



> SETAS - 000066 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DR. MICHEL – PEN/DF

A epidemia de diabetes está se alastrando pelo mundo. Pelo menos 366 milhões sofrem da doença e o número de casos vem aumentando, de acordo com dados da Federação Internacional de Diabetes. Uma pessoa morre a cada sete segundos devido a complicações da doença, mostram estudos divulgados, durante o encontro da instituição, uma organização que representa associações de mais de 160 países. No Brasil, estatísticas oficiais mostram que 7% da população têm diabetes, mas médicos acreditam que este percentual é muito maior. Segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes, há 500 casos novos por dia.

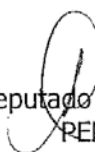
Algumas pessoas decidem diminuir ou parar de consumir açúcar, seja para prevenir ou por motivo de doença.

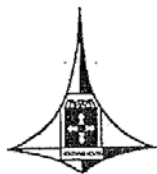
A matéria hora proposta encontra lastro constitucional ínsito no art. 196 da Carta Magna, que estabelece ser, a saúde, "direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Nesse sentido, matérias dessa natureza já foram transformadas em lei em outros Estados como o Espírito Santo, Estado do Rio de Janeiro, com isso não se esta inovando em matéria legislativa, apenas se busca evitar que os malefícios da diabetes possam continuar proliferando e causando a morte de mais pessoas em nosso país.

Por esse motivo a proposta é pertinente é oportuna e vem ao encontro dos anseios da sociedade; assim conto com o apoio dos meus ilustres pares, no sentido de aprovarem este Projeto de Lei.

Sala das Sessões em de de 2013


Deputado **Dr. Michel**
PEN/DF



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS**

INDICAÇÃO IND 10009 /201

(Do Deputado ROBÉRIO NEGREIROS)

L I D O
13.03.13
Muniz

**SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE OBRAS, A
MELHORIA NA INFRA-ESTRUTURA E
CRIAÇÃO DE LOCAIS PARA ESTACIONAR
DA FEIRINHA DO PARK WAY LOCALIZADA
EM FRENTE A QUADRA 14.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do artigo 143, de seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Obras, melhoria na infra-estrutura e criação de estacionamentos na feirinha do Park Way, localizada em frente a quadra 14.

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação tem por objetivo sugerir ao Poder Executivo melhoria na infra-estrutura e locais de estacionamento na feirinha do Park Way localizada em frente a quadra 14.

A reivindicação se justifica devido a falta de infra-estrutura mínima para atender adequadamente os moradores e freqüentadores da feirinha motivo este que dificulta o acesso de idosos e pessoas com deficiência, além de prejudicar os comerciantes.

Câmara Legislativa do Distrito Federal
Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5
Setor de Indústrias Gráficas 4 andar – Gabinete 19
Fone: +55(61)3348-8190 Brasília - DF - Brasil
CEP: 70.094-902

12.03.13 16h
Muniz



> SETAS - 000068 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

Sendo uma reivindicação justa, e de relevante interesse público, conclamo o apoio dos nobres parlamentares, para apoiarem a presente Indicação

Sala das Comissões, em março de 2013

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – PMDB/DF
AUTOR

Câmara Legislativa do Distrito Federal
Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5
Setor de Indústrias Gráficas 4 andar – Gabinete 19
Fone: +55(61)3348-8190 Brasília - DF - Brasil
CEP: 70.094-902



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS**

> SETAG - 000069 <

IND 10010 /201

INDICAÇÃO

(Do Deputado ROBÉRIO NEGREIROS)

L I D O
13/03/13
Robério Negreiros

**SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE OBRAS,
AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NO
ACOSTAMENTO NAS PRINCIPAIS PISTAS
DAS QUADRAS 15 E 17 DO PARK WAY.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do artigo 143, de seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Obras, a ampliação e melhorias no acostamento nas principais pistas das quadras 15 e 17 do Park Way.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista o grande fluxo de veículos diariamente e a precariedade do acostamento, que em caso de necessidade dos condutores não tem um local adequado nem mesmo seguro para pararem seus veículos e fazerem a manutenção necessária. Sendo assim é necessária a ampliação e alargamento do acostamento para que quando necessário o condutor tenha a tranquilidade de fazer o reparo necessário para poder prosseguir sua viagem.

Câmara Legislativa do Distrito Federal
Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5
Setor de Indústrias Gráficas 4 andar – Gabinete 19
Fone: +55(61)3348-8190 Brasília - DF - Brasil
CEP: 70.094-902

Robério Negreiros
16/03/13



> SETAB - 000070 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

Sendo uma reivindicação justa, e de relevante interesse público, conclamo o apoio dos nobres parlamentares, para apoiarem a presente indicação

Sala das Comissões, em março de 2013

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – PMDB/DF
AUTOR



Câmara Legislativa do Distrito Federal
Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5
Setor de Indústrias Gráficas 4 andar – Gabinete 19
Fone: +55(61)3348-8190 Brasília - DF - Brasil
CEP: 70.094-902



> SETAS - 000071 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

INDICAÇÃO IND 10011/201

(Do Deputado ROBÉRIO NEGREIROS)

1100
Em 13/03/13

Assinatura do Plenário

**SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE OBRAS, A
MELHORIA NA INFRA-ESTRUTURA E
CRIAÇÃO DE LOCAIS PARA ESTACIONAR
NA FEIRINHA DO PARK WAY LOCALIZADA
EM FRENTE A QUADRA 14.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do artigo 143, de seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Obras, melhoria na infra-estrutura e criação de estacionamentos na feirinha do Park Way, localizada em frente a quadra 14.

JUSTIFICAÇÃO

A reivindicação se justifica devido a falta de infra-estrutura mínima para atender adequadamente os moradores e freqüentadores da feirinha motivo este que dificulta o acesso de idosos e pessoas com deficiência, além de prejudicar os comerciantes.

Sendo uma reivindicação justa, e de relevante interesse público, conclamo o apoio dos nobres parlamentares, para apoiar a presente indicação

Sala das Comissões, em março de 2013

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – PMDB/DF
AUTOR

Câmara Legislativa do Distrito Federal
Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5
Setor de Indústrias Gráficas 4 andar – Gabinete 19
Fone: +55(61)3348-8190 Brasília - DF - Brasil
CEP: 70.094-902

12.03.13-162
12.13.147



> SETAS - 000072 <

CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERALEm 13/03/13
22/03/13

INDICAÇÃO Nº

IND 10012/2012

(Da Deputada Arlete Sampaio e do Deputado Wasny de Roure)

Sugere ao Governador do Distrito Federal a criação da Subsecretaria de Direitos Indígenas na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Justiça, de Direitos Humanos e Cidadania – SEJUS.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal a criação da Subsecretaria de Direitos Indígenas na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Justiça, de Direitos Humanos e Cidadania – SEJUS.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 13 de novembro de 2012, por iniciativa do mandato da Deputada Arlete Sampaio, foi realizada, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Audiência Pública para debater Políticas de Promoção de Igualdade Racial no Distrito Federal.

Neste evento, foram apontadas algumas lacunas no Distrito Federal que não favorecem resposta efetiva a todos os segmentos e povos que, em virtude da sua raça e história, gozam de proteção especial do Estado.

Na oportunidade, foi reivindicada pela comunidade indígena do Distrito Federal a criação da Subsecretaria de Direitos Indígenas na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Justiça, de Direitos Humanos e Cidadania – SEJUS.

Observa-se que, no Distrito Federal, residem 6.128 indígenas, segundo o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Esse dado coloca o Distrito Federal em 9º lugar no *ranking* dos municípios com maior população indígena.

Assim, não se pode desconsiderar a necessidade e o dever do Governo em desenvolver ações para proteger os direitos desses povos e para garantir o respeito pela sua integralidade, ou seja, o gozo pleno dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação.

Em que pese o expressivo número de pessoas indígenas residindo no DF, esse fato, por si só, já justificaria a existência de um órgão específico para promover ações para essa população. Como se não bastasse, temos, ainda, como parâmetro o reconhecimento pelo Estado brasileiro e pelo seu ordenamento jurídico de que a cultura indígena deve ser preservada, protegida, para manter suas tradições, costumes, línguas, crenças, entre outros, conforme preconiza o art. 231 da CF.

Nesse sentido, é necessário destacar, ainda, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em vigor no Brasil, especialmente seu art. 6, que dispõe:

"1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente,

ASSESSORIA DE FISCALIA
12.03.13
12.03.13
Assinatura
Mônica

15 10



CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

> SETAG - 000073 <

b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes.

c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim."

Posto isso, consideramos que a criação da Subsecretaria de Direitos Indígenas na estrutura do Governo do Distrito Federal, além de atender às disposições da Constituição Federal de 1988, da Convenção 169 da OIT, o pleito da população indígena propiciará, entre outras vantagens, a atenção necessária para o desenvolvimento de política e ações que sejam específicas e legítimas para os povos indígenas do DF.

Diante do exposto, conclamamos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO

DEPUTADO WASNY DE ROURE



> SETAG - 000074 <

CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FL I D O
Em 13/03/13
Assessoria de Planejamento

IND 10013 /201

INDICAÇÃO Nº
(Da Deputada Arlete Sampaio)

Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Energética de Brasília – CEB, a tomada de medidas para solucionar a falta de iluminação na QNQ 3, em Ceilândia.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador de Distrito Federal, por intermédio da Companhia Energética de Brasília – CEB, a tomada de medidas para solucionar a falta de iluminação na QNQ 3, em Ceilândia.

JUSTIFICAÇÃO

Os moradores de Ceilândia reclamam da falta de iluminação pública nos postes de luz em quase toda a QNQ 3.

Informam que a ausência de iluminação no período noturno tem causado temor à população, pois desde então percebem o aumento significativo do número de assaltos naquela localidade.

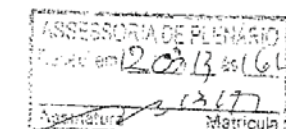
Dessa forma, compreendemos a importância da iluminação pública como um dos meios para garantir a segurança e a tranquilidade dos moradores de Ceilândia. Trata-se de direito que lhes assiste, por isso a presente Indicação.

A medida se impõe como segurança, a fim de prevenir a ocorrência de mais acidentes, de garantir a qualidade de vida, de incentivar e proporcionar o direito de ir e vir no período noturno, e de contribuir com a segurança pública.

Diante do exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em

Deputada Arlete Sampaio





> SETAB - 000075 <

CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERALL I D O
Em 13/03/13
Assinatura do Presidente

IND 10014 /201

INDICAÇÃO Nº
(Da Deputada Arlete Sampaio)

Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem (DER-DF), construir passarela e instalar redutores de velocidade na DF 001, na altura da Granja das Oliveiras, para ligar o Recanto das Emas ao Riacho Fundo II.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem (DER-DF), construir passarela e instalar redutores de velocidade na DF 001, na altura da Granja das Oliveiras, para ligar o Recanto das Emas ao Riacho Fundo II.

JUSTIFICAÇÃO

A travessia da rodovia DF – 001, localizada entre o Riacho Fundo II e o Recanto das Emas, especialmente na altura da Granja das Oliveiras, é perigosa e, por isso mesmo, preocupa os moradores do local, as pessoas que transitam por lá e a sociedade do Distrito Federal.

A inexistência de condições adequadas que possibilite a travessia da rodovia em segurança coloca em risco o direito à vida e a integridade física daqueles que necessitam transitar entre as vias, em sua maioria moradores da região.

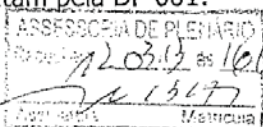
Importante destacar que diariamente é veiculado, nos meios de comunicação, a ocorrência de atropelamentos e acidentes na mencionada via, muitas vezes com vítimas fatais.

Destaque-se, ainda, que, nas proximidades da via, localiza-se a QN 16, quadra especialmente destinada às pessoas com deficiência, em sua maioria deficientes visuais, o que aumenta mais o risco da travessia.

Essa circunstância tem mobilizado a população, que reivindicou, no Orçamento Participativo de 2011, a destinação de recursos para a construção da passarela e instalação de redutores de velocidade.

Nesse sentido se manifestou essa Casa, quando da aprovação de diversas indicações, tais como as de nº 2870/2007, 1484/2011, 7986/2012, que sugerem ao Senhor Governador do DF o atendimento do pleito da população; entretanto, esse pedido ainda não foi atendido.

Assim, a medida se impõe para prevenir a ocorrência de novos acidentes, bem como para garantir o direito à vida, à integridade física e à liberdade de ir e vir de todos que transitam pela DF 001.



A



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

> SETAS - 000076 <

Diante do exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em


Deputada Arlete Sampaio

CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

> SETAS - 000077 <

ETD O

13.03.13

INDICAÇÃO Nº IND 10015 /201
(Da Deputada Arlete Sampaio)

Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal construir Centro de Saúde na Quadra Norte R (QNR), na Ceilândia.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal construir Centro de Saúde na Quadra Norte R (QNR), na Ceilândia.

JUSTIFICAÇÃO

Os moradores da Quadra Norte R (QNR) da Ceilândia reclamam de vários problemas relacionados à infraestrutura na cidade, como falta de creches, falta de escolas de ensinos fundamental e médio e posto de saúde.

Para atender, em parte, à demanda dos moradores da QNR, na Ceilândia, esta Indicação objetiva sugerir ao Senhor Governador do DF a construção de um Centro de Saúde neste local, já que se trata de estabelecimento de saúde destinado a prestar assistência médico-sanitária à população, em área geográfica definida, sem internação de pacientes.

Em razão da ausência de um Centro de Saúde no local, a população tem de se deslocar até o Centro de Saúde na Quadra Norte Q (QNQ) – fato que tem gerado revolta aos moradores da QNR e reclamações dos moradores da QNQ da Ceilândia, pois o Centro de Saúde deste local fica superlotado.

Diante do exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em

Deputada Arlete Sampaio20.03.13



> SETAS -- 000078 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DR. ML I D O
Em 13 / 03 / 13
Assinatura do Deputado

IND 10016 / 201

INDICAÇÃO

(Do Senhor Deputado Dr. Michel)

Sugere à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados a apresentação de proposição que obrigue a indústria produtora de medicamentos a disponibilizar bulas no formato braille.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados a apresentação de proposição que obrigue a indústria farmacêutica a acrescentar ao formato atual de apresentação das bulas o modelo braille.

JUSTIFICATIVA

O Censo realizado pelo IBGE, em 2010, investigou as deficiências e constatou que a deficiência visual é a mais frequente, atingindo 35,8 milhões de pessoas com dificuldade para enxergar (18,8%), mesmo de óculos ou lentes de contato. Já a deficiência visual severa (pessoas que declararam ter grande dificuldade de enxergar ou que não conseguiam de modo algum) atingiu 6,6 milhões de pessoas, sendo que 506,3 mil eram cegos (0,3).

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, instituída por meio do Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1996, estabelece entre seus princípios:

II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais, que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico;

Assinatura do Deputado
Michel



> SETAS - 000079 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DR. MICHEL - PEN**

A Lei Orgânica do Distrito Federal, por sua vez, dispõe o seguinte:

Art. 273. É dever da família, da sociedade e do Poder Público assegurar a pessoas portadoras de deficiência a plena inserção na vida econômica e social e o total desenvolvimento de suas potencialidades.

Assim, é papel do Poder Público, aí incluído o Legislativo, criar dispositivos legais que ampliem os direitos das pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência visual grave (cegas), com o formato atual das bulas de medicamentos, encontram-se excluídas do acesso às informações nelas contidas, essenciais para a correta utilização do produto. Dessa forma, a instituição da obrigação de a indústria farmacêutica disponibilizar esses documentos no formato braille propiciará o efetivo acesso dessa população a essas orientações.

Sala das sessões, em de de 2.013.


Deputado **Dr. Michel**
PEN/DF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL LILIANE RORIZ

L I D O
Em 13/03/13
22.13.17
Assinatura da Presidência

IND 10017 /201

INDICAÇÃO
(Da Deputada Liliane Roriz)

SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO
DISTRITO FEDERAL POR
INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO
REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS A
IMPLANTAÇÃO DE FAIXAS DE
PEDESTRES NA RUA DAS
PITANGUEIRAS, EM FRENTE À
ESTAÇÃO ARNIQUEIRAS DO METRÔ –
RA XX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal por intermédio da Administração Regional de Águas Claras a implantação de faixas de pedestres na Rua das Pitangueiras, em frente à estação Arniqueiras do Metrô – RA XX.

JUSTIFICAÇÃO

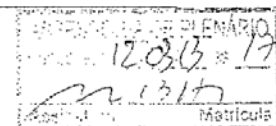
Conforme reivindicações encaminhadas ao gabinete, os cidadãos residentes de Águas Claras não encontram segurança no momento em que deixam a estação Arniqueiras.

A presente proposição tem como finalidade reiterar a necessidade de que o Governador do Distrito Federal atenda esta reivindicação a fim de que estes cidadãos possam gozar de mais segurança e conforto.

Levando-se em consideração os argumentos acima citados, solicito, mui respeitosamente, a adesão de meus nobres Pares na aprovação desta importantíssima proposição que será, sem sombra de dúvida, de grande proveito para a citada comunidade.

Sala das comissões,


LILIANE RORIZ
DEPUTADA DISTRITAL





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL LILIANE RORIZ

L I D O

13/03/13

LILIANE RORIZ

IND 10018 /201

INDICAÇÃO
(Da Deputada Liliane Roriz)

**SUGERE AO PODER EXECUTIVO POR
INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO
REGIONAL DE PLANALTINA – RA VI A
RECUPERAÇÃO DAS FAIXAS DE
PEDESTRE QUE SERVEM O CENTRO DE
ENSINO FUNDAMENTAL 15.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art.143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo por intermédio da Administração Regional de Planaltina – RA VI a recuperação das faixas de pedestre que servem o Centro de Ensino Fundamental 15.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme veiculado recentemente na mídia, pais e alunos que frequentam o Centro de Ensino Fundamental 15, em Planaltina, encontram-se frequentemente em situação de perigo por conta do péssimo estados das faixas de pedestre.

Como inúmeras reclamações já foram encaminhadas pelos moradores locais, reclamações que chegaram à este gabinete motivaram esta Indicação de forma a chamar uma atenção institucional ao problema.

Levando-se em consideração os argumentos acima citados, solicito, mui respeitosamente, a adesão de meus nobres Pares na aprovação desta importantíssima proposição que será, sem sombra de dúvida, de grande proveito para a citada comunidade.

Sala das comissões,

LILIANE RORIZ
DEPUTADA DISTRITAL

12.03.13

LILIANE RORIZ

> SETAB - 000062 <



Câmara Legislativa do Distrito Federal

L I D O
13 03 13
M. L. P.**GABINETE DO DEPUTADO - PSB**

IND 10019 /2013

INDICAÇÃO Nº**(Do Sr. Deputado Joe Valle)**

Sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto à Secretaria de Obras, no sentido de instalar parque infantil ao lado dos Pontos de Encontro Comunitários - PEC.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno sugere ao Chefe do Poder Executivo providências junto à Secretaria de Obras, no sentido de instalar parque infantil ao lado dos Pontos de Encontro Comunitários - PEC.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Indicação tem por objetivo sugerir ao Poder Executivo providências junto à Secretaria de Obras, no sentido de instalar parque infantil ao lado dos Pontos de Encontro Comunitários - PEC.

Os PECs têm se mostrado um equipamento público de grande valia para a saúde e bem estar das comunidades que atende, elevando a auto estima da população. A instalação de parque infantil ao lado desse equipamento vai melhorar o atendimento à comunidade, inclusive integrando crianças, jovens, adultos e idosos no mesmo espaço.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado JOE VALLE
PSB

RECEBIDA - ALFAMAR E DISTRIB. 13/03/2013 10:28

11928

CÂMARA
LEGISLATIVA
DIST

> SETAS - 000083 <

L I D O
EOL 13/03/13
Presidente do Partido

MOÇ 449 /2013

MOÇÃO Nº
(Da Deputada Arlete Sampaio)**Homenageia o Comandante-Geral da
Polícia Militar do Distrito Federal, Suamy
Santana da Silva, pelas ações voltadas à
valorização e ao reconhecimento das
mulheres na PMDF.****Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Com fundamento no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, e por ocasião do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, proponho aos nobres pares homenagear o Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Suamy Santana da Silva, pelas ações voltadas à valorização e ao reconhecimento das mulheres na PMDF.

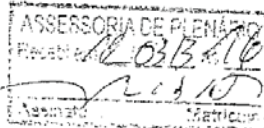
JUSTIFICAÇÃO

O coronel Suamy Santana da Silva é reconhecido por sua atuação nos cargos que ocupou. Durante sua carreira, foi Comandante da Academia de Polícia Militar de Brasília, Chefe do Estado-Maior da PMDF, Subcomandante-Geral da PMDF e Secretário-Adjunto de Segurança Pública do DF. Além do trabalho na corporação, dedicou-se aos estudos na área da Segurança Pública e Direitos Humanos. Em 13 de abril de 2012, assumiu o Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

Desde que assumiu esse posto na PMDF, o Comandante Suamy tem expressado, em suas decisões administrativas e declarações públicas, reconhecimento ao direito das mulheres em ocupar, em condição de igualdade, os mais diversos espaços na Instituição, em especial cargos de comando e direção. Indicou, por exemplo, a Coronel Vanuza Naara de Oliveira Almeida, para o segundo posto mais importante da PMDF: sub-comandante da Corporação.

Convém destacar que essa foi a primeira vez que uma mulher ocupou o posto de sub-comandante da PMDF. Além disso, indicou a Tenente-Coronel Cynthia Maria da Silva Santos para o Comando do Batalhão de Policiamento de Choque (BOPE), iniciativa pioneira na história da Polícia Militar no País.

Por fim, vale ressaltar que, sob seu comando, a PM-DF autorizou o ingresso e a permanência de policiais gestantes nos cursos de formação da Corporação, evitando prejuízos à sua carreira. Todas essas medidas, em uma instituição que ao longo da história tem sido conduzida predominantemente por homens, devem ser reconhecidas como exemplos de ações afirmativas dos direitos da mulher.



A



CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

> SETAS - 000004 <

Portanto, no mês do Dia Internacional da Mulher, é nosso dever dar conhecimento a essas ações e homenagear o Comandante-Geral Suamy, com a expectativa de que as medidas adotadas sirvam de exemplo para outras instituições no Distrito Federal e continuem a ser replicadas dentro da Corporação da Polícia Militar do DF.

Por todo o exposto, conclamo a adesão dos nobres pares à presente Moção.

Sala das Sessões, em


DEPUTADA ARLETE SAMPAIO



L I D O
13.03.13
[Assinatura]

Parabeniza e homenageia a 1ª Turma de Policiais Femininas da Polícia Militar do Distrito Federal, denominada "Turma Ana Neri".

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares parabenizar e homenagear a 1ª Turma de Policiais Femininas do Distrito Federal, denominada "Turma Ana Neri", que este ano completa seu 30º aniversário.

JUSTIFICAÇÃO

Em 20 de dezembro de 1982, por meio do Decreto 7.312, foi criada, na Polícia Militar do Distrito Federal, a Companhia de Polícia Feminina (CPFEM). Logo no ano seguinte, em 1983, por meio da realização de concurso público, foi formada a 1ª Turma de Policiais Femininas da Polícia Militar do Distrito Federal, que recebeu o nome de Turma "Ana Neri", em homenagem à enfermeira baiana que atuou como voluntária junto às tropas brasileiras na Guerra do Paraguai.

Passados 30 anos da criação dessa Primeira Turma, muitos avanços foram obtidos graças à atuação dedicada das policiais femininas. De fato, essas conquistas tornaram possíveis a ascensão das mulheres aos mais altos cargos da corporação, a participação em cursos de formação ainda que gestantes, bem como a permissão para usar vestimentas mais adequadas ao exercício da função.

Segundo a sub-comandante Vanuza Naara, atualmente "a PMDF conta com 1.003 policiais militares femininas, das quais seis ocupam cargos de chefia e comando." Tanto a ampliação da presença feminina na corporação, quanto o reconhecimento conquistado pelas policiais, como a indicação de mulheres para assumir dois postos do alto escalão de decisões da corporação (Sub-Comando Geral da PM e Comando do BOPE), são fruto da resistência e da competência das mulheres que, desde a criação da Turma "Ana Neri", contribuíram para a sensibilização de seus superiores, para transformação das regras existentes e para remoção dos obstáculos que impediam a progressão das mulheres na carreira militar.

Dessa forma, no mês do Dia Internacional da Mulher, é nosso dever parabenizar e o homenagear todas as mulheres policiais femininas da Polícia Militar do Distrito Federal, que há 30 anos se dedicam integralmente à segurança pública da

2013-10-17
[Assinatura]

[Assinatura]



> SETAS - 000086 <

**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

capital de nosso País e expressam, da forma mais genuína, a força e a perspicácia da mulher brasileira.

Por fim, peço licença, para, em nome das integrantes da "Turma Ana Neri" – 1ª Turma de Policiais Femininas do Distrito Federal – homenagear todas as mulheres que assumiram o desafio de cumprir essa árdua e valorosa missão. Recebam, portanto, nossos cumprimentos:

Almira Rodrigues do Prado
Amarylis Trindade
Ana Josefa Pereira Santa
Aurelice Gama de Souza
Cibele Rodrigues de Medeiros
Corina Alferina Bezerra Medeiros
Claudia Cinosi
Cláudia Cristina dos Santos Cardoso
Dinalva Marques dos Santos
Dilamar da Conceição Ribeiro
Elizabeth Maria Seabra Navarro
Edna Carlinda Maciel Rodrigues
Edna Lucia da Silva
Edna Lucia de Oliveira Quirino
Eunice Antunes Vieira
Edneusa Carlos Alarcão
Eula Calazans Alvarenga
Eliane Augusta de Lima
Geraldina Maria Ferrão
Gilda Alves Batista
Eliane Moraes Cavalcante
Ingrid Suzy Sales
Hilda Ferreira Silva
Ivania Siqueira de farias
Joeline Clara Delmondes
Jeanne Dárc Eleutério de Carvalho
Lucimar Faria Rodrigues
Lucinéia Alves da Silva
Ludmila da Motta Amaral

> SETAS - 000087 <

**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Maria Aparecida Santos Meirelles
Marleide Lago dos Santos
Maria do Carmo Borges
Janeide Pinheiro Barreto
Maria do Socorro Gonçalves de Macena
Maria do Carmo Gonçalves de Macena
Maria de Lourdes Silva Santos
Maria das Graças Pereira Costa
Maria Isabel Soares Sodré
Marilene Bandeira de Araújo
Maria das Graças Miranda Vieira
Márcia Maria Alves Guimarães
Maria Suely
Maria Silvana Alves Gomes
Maria do Carmo Portela
Maria do Santo Costa Sousa
Maria Angélica Jorge dos Santos
Marilene do Monte Seabra
Maria Bernadete Pinheiro
Rita de Cassia Gomes Figueira
Sílvia Maria Nascimento
Rosa Maria de Souza
Núbia Carvalhêdo Barros
Niamar Heloisa de Araújo
Shirlei da Silva
Rosângela Vieira Ramos
Sime Maria Oliveira dos Santos
Silvana Souza de Miranda
Rosineite de Freitas Alves
Soraya Barbosa Sales
Solange da Silva Resende
Vanda Ciney Pereira
Tânia Maria de Souza
Vânia Ferreira Silva
Vanda Maria Silva

> SETAS - 000088 <



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Vivian Otoni Scaramello
Zelma Maria Alves Queiroz
Zumira Aparecida Lopes Timo
Verônica Lúcia Dantas
Zilmar de Araújo Rocha
Vanuza Naára Barbosa de Oliveira
Zilda Maria Tibúrcio

Por todo o exposto, conclamo a adesão dos nobres pares à presente Moção.

Sala das Sessões, em


DEPUTADA ARLETE SAMPAIO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

L I D O

13 03 13

M. C. M.

REQUERIMENTO Nº RQ 2198 /2013

(Do Senhor Deputado ROBÉRIO NEGREIROS)

REQUER A REALIZAÇÃO DE SESSÃO
SOLENE EM COMEMORAÇÃO AO DIA
INTERNACIONAL DA SÍNDROME DE
DOWN.

Exmo SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Nos termos do artigo 145, inciso V do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Sessão Solene no dia 20 de março de 2013, quarta-feira, às 10:00, no Plenário desta Casa, em comemoração ao Dia Internacional da Síndrome de Down.

JUSTIFICATIVA

O dia 21 de março foi escolhido pela associação "Down Syndrome International" para ser o Dia Internacional da Síndrome de Down em referência ao erro genético que a provoca. Todo mundo tem 23 pares de cromossomos. Quem tem Down tem três cromossomos no par de número 21 (daí a data 21/03).

Atualmente, a Síndrome de Down é mais conhecida, o que permite mais qualidade de vida, melhores chances e desenvolvimento para os portadores. Mas, infelizmente, esse avanço ainda não foi suficiente para acabar com um dos principais obstáculos que as pessoas com Down enfrentam: o preconceito.

Contamos, assim, com o apoio dos nobres Deputados para a provação deste requerimento, em reconhecimento ao tema ora tratado.

Sala de Sessões em, de março de 2013.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – PMDB/DF

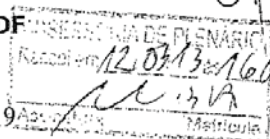
Câmara Legislativa do Distrito Federal

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5

Setor de Indústrias Gráficas 4 andar – Gabinete 19A

Fone: +55(61)3348-8190 Brasília - DF - Brasil

CEP: 70.094-902



DATA RESERVADA NA AGENDA
GERAL DE EVENTOS: 20/03/13
HORA: 10h LOCAL: 19A

Paulo Barbosa Pacheco
Assistente Legislativo - Cerimonial
Faz: 11.680-40

Assinatura SAMPAIO

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

REQUERIMENTO Nº RQ 2199 /2013
(Do Senhor Deputado Chico Leite e outros)

L I D O
13.03.13
Mina
Presidente do Plenário

Requer a transformação da Sessão Ordinária de 18 de abril de 2013 em Comissão Geral para debate do tema "Democracia representativa, transparência e voto secreto parlamentar".

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Requeremos, nos termos do art. 125, I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a transformação da Sessão Ordinária de **18 de abril de 2013 em Comissão Geral para debate do tema "Democracia representativa, transparência e voto secreto parlamentar".**

JUSTIFICAÇÃO

Graças a iniciativa pioneira, da qual tivemos a honra de ser o precursor em 2003, todas as votações na Câmara Legislativa são abertas desde 2006. O sigilo do voto parlamentar, porém, ainda predomina nas Assembleias Legislativas e Câmaras dos Vereadores do país – assim como na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Para nós, o voto secreto é inaceitável porque permite que os atos praticados pelos parlamentares sejam omitidos da sociedade – que, em última instância, é a detentora legítima do poder político. O sigilo nas votações parlamentares é, assim, uma das características mais prejudiciais à democracia representativa, segundo entendemos.



> SETAS - 000071 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

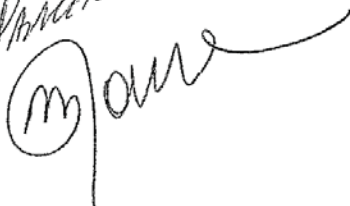
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT/DF

Abrir a Casa Legislativa ao debate sobre esse tema é, pois, medida salutar. É o que propomos com este requerimento de comissão geral, oportunidade na qual, também, pretendemos lançar, agora em nível nacional, a **campanha permanente pelo voto aberto** que nosso mandato mantém desde fevereiro de 2003.

Contamos, pois, com o apoio dos Pares à medida.

Sala das Sessões, em


Deputado CHICO LEITE
PT/DF


CHICO LEITE




**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DR. MICHEL - PEN**

REQUERIMENTO Nº

RQ 2200 /2013

Em 13/03/13

(Do Deputado Dr. Michel – PEN)

L I D O

[Assinatura]
Ass. Michel do Pen

Requer a realização de Sessão Solene no dia 03 de setembro de 2013, em comemoração ao Dia do Profissional de Educação Física.

Com fundamento nos artigos 99, IV, e 124 do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Sessão Solene no dia 03 de setembro de 2013, em comemoração ao Dia do Profissional de Educação Física.

JUSTIFICATIVA

O profissional de educação física é um dos responsáveis pela manutenção da saúde e o aprimoramento dos esportistas, atletas e, além disso, pela sua formação, são capazes de orientar a prática de exercícios físicos a qualquer um que deseje se exercitar.

Para se praticar esportes é necessário que um profissional da área de educação física faça uma avaliação e oriente o avaliado, de acordo com a sua capacidade, respeitando os limites físicos de cada ser humano.

A comemoração do dia do profissional de educação física acontece no dia 1º de setembro, em razão de a profissão ter sido regulamentada nessa data.

Considerando a importância do trabalho desses profissionais, peço o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2013.

[Assinatura]
Dr. Luzia de Paula
PEN/13

[Assinatura]
Dr. Michel
PEN/13

Dr. Michel
Deputado Distrital - PEN

Paulo Barbosa Pacheco
Assistente Legislativo - Cerimonial

[Assinatura]
Dr. Alair Rangel
PEN/13



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em 13.03.13
Assessoria de PlanejamentoRQ 2201/2013
REQUERIMENTO Nº
(Autoria: Deputado Chico Vigilante e outros)

Requer a realização de audiência pública para o dia 22 de março de 2013 para debater questões relativas à violência contra a mulher no Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos dos arts. 85 e 239 a 241 do Regimento Interno, requiero a realização de audiência pública no plenário desta Casa, para debater a questão da violência contra a mulher no Distrito Federal, em 22 de março de 2013, às 15:00 h.

JUSTIFICAÇÃO

No Distrito Federal, são registradas em torno de 15 agressões por dia contra a mulher. Essas agressões, em geral, são cometidas pelos maridos, companheiros, namorados, ex-maridos, ex-namorados, tios, filhos ou vizinhos. Os homens ainda tratam a mulher como sua propriedade, desrespeitando sua vontade e capacidade de decisão sobre sua própria vida.

Em geral, a sociedade, a família e as pessoas não avaliam a dor, a vergonha e a humilhação que sentem as mulheres quando são obrigadas a esconder a violência para não se expor.

A igualdade formal garantida constitucionalmente ainda não está firmada nas relações afetivas e cotidianas entre homens e mulheres, em muitos lares brasileiros e nas relações sociais de forma geral.

O medo continua sendo a razão principal para evitar a denúncia do agressor. Diante disso, devemos persistir no combate à impunidade. Quanto mais a mulher se sentir acolhida e perceber que o Estado tem políticas para garantir sua proteção, mais elas se sentirão seguras para denunciarem seus agressores.

Alguns casos rumorosos acontecem no Distrito Federal. Recentemente o ex-companheiro invadiu uma loja do shopping Center onde uma jovem trabalhava e se escondeu dentro de um provador de roupas, esperando a aproximação da jovem para matá-la a facadas. Logo depois, foi detido por seguranças do shopping e entregue à Polícia.

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS.	
22.03.13	
HORA: 15h	LOCAL: PL

Paula Barbosa Pacheco
Assistente Legislativo - Cerimonial
Fone: 11.680-49

> SETAS - 000094 <

Contamos hoje com a Lei Maria da Penha que aumenta o rigor das punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. A lei está sendo instituída com o avanço de um sistema nacional de enfrentamento da violência contra a mulher. No entanto, nada será feito se não houver denúncia. A denúncia dos casos de violência contra a mulher é de extrema importância para coibir esse tipo de prática e mudar a idéia enraizada na nossa cultura, que ainda considera a violência algo normal. A impunidade só colabora com a manutenção da violência contra a mulher, protegendo os agressores.

O enfrentamento da violência doméstica e familiar é responsabilidade de toda a sociedade e também um ato de solidariedade e cidadania de homens e mulheres que não ficam omissos ao se posicionar diante de práticas que desrespeitam os direitos humanos das mulheres.

As mulheres merecem uma vida sem violência e devem ser tratadas com respeito e dignidade. Por isso, qualquer forma de discriminação e agressão deve ser denunciada.

Diante disso, com o intuito de inibir a prática de violência contra a mulher, solicito o apoio de todos os Parlamentares para a realização dessa audiência pública.

Sala das sessões, em 12 de março de 2013.


Deputado Chico Vigilante
Deputada Arlete Sampaio
Deputado Wasny de Roure



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

L I D O
> SETAS - 000095
13 / 03 / 13
M. A. P.

RQ 2202 /2013
REQUERIMENTO
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

Requer o encaminhamento de solicitação de informação a Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinada com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada a Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal relatório em meio eletrônico (no formato Excel) e impresso, que informe quais concursos Públicos realizados no âmbito do Distrito Federal desde 2007, discriminando o quantitativo de convocados por cargo, vagas remanescentes, convocados que não tomaram posse, convocados que tomaram posse e posteriormente pediram exoneração, quantitativo de concursados em banco de espera.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe às Comissões Permanentes desta Câmara Legislativa exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de exercer o poder de fiscalização das atividades do Executivo, especialmente no tocante ao cumprimento das Leis de Diretrizes Orçamentárias.

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Estado de Administração Pública preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em


ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

ASSINADA DE ELIANA PEDROSA, 12/Mar/2013 16:39



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

> SETAB - 000096 <

L I D O

13.103.113

12.4.47

REQUERIMENTO RQ 2203 /2013

(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

Requer o encaminhamento de solicitação de informação a Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinada com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada a Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal relatório em meio eletrônico (no formato Excel) e impresso, descrevendo as providências adotadas com vistas ao suprimento dos cargos, em função de nomeações decorrentes de Concursos Públicos, conforme previsto no anexo IV da Lei 4.895 de 26/07/2012. O relatório em questão deverá trazer informações detalhadas por cargo contemplando, inclusive quanto a concursos vigentes, validade dos mesmos, quantidade de vagas previstas no edital, quantitativo de nomeados, número do edital, quantidade de aprovados aguardando nomeação, data provável de convocação dos demais aprovados. Deverão ser incluídos no relatório em questão as providências que estão sendo adotadas com relação aos cargos para os quais não há Concursos Públicos vigentes.

JUSTIFICAÇÃO

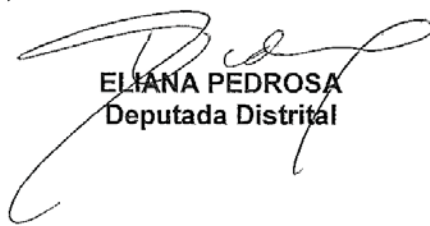
Cabe às Comissões Permanentes desta Câmara Legislativa exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de exercer o poder de fiscalização das atividades do Executivo, especialmente no tocante ao cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013, Lei 4.895 de 26/07/2012.

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Estado de Administração Pública preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em


ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

TC

ASSISTENTE DE SERVIÇOS E DISTRIB. 12/MAR/2013 16:39



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL LILIANE RORIZ

> SETAS - 000097 <

L I D O

13 03 13

M. R. R.

RQ 2204 /2013

REQUERIMENTO
(da Deputada Liliane Roriz)

Requer informações ao Excelentíssimo
Senhor Secretário de Estado de
Desenvolvimento Social e Transferência de
Renda.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito
Federal:**

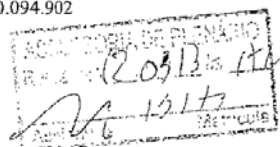
Com amparo nos art. 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal c/c o art. 15, inciso III, art. 39, § 2º inciso XII e art. 40 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF, requiero a Vossa Excelência que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda cópia dos contratos firmados entre o Poder Público e a iniciativa privada relacionados ao funcionamento dos diversos Restaurantes Comunitários no âmbito do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Dentro do paradigma de que constitui poder-dever do Poder Legislativo de todos os entes da federação fiscalizar as ações do Poder Executivo, nossa Lei Orgânica proporciona diversas ferramentas aos parlamentares desta Casa de forma a garantir o bom desempenho desta função.

O intuito deste requerimento é tão somente propiciar esclarecimento sobre a atual situação dos Restaurantes Comunitários espalhados por nossa cidade. Por se tratar de importante instrumento de combate à marginalização e de segurança alimentar, entendo ser imperativo a fiscalização legislativa desta iniciativa; sendo necessário, para tanto, o envio de cópia dos contratos que normatizem todos serviços vinculados ao funcionamento dos restaurantes.

Praça Municipal, Qd 02, 3º Andar, Gabinete 16, Brasília/DF – CEP: 70.094.902

Telefones: (61) 3348.8160 a 8162, Fax: 3348.8163
www.lilianeroriz.com.br - deputada@lilianeroriz.com.br



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL LILIANE RORIZ

> SETAS - 000098 <

Por se tratar de requerimento semelhantes a outros já apresentados por mim e por outros parlamentares, peço aos nobres pares o apoio para a aprovação desta proposição.

Sala das sessões, em


LILIANE RORIZ
DEPUTADA DISTRITAL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL LILIANE RORIZ

RQ 2205 /2013

REQUERIMENTO Nº
(da Deputada Liliane Roriz)

Requer o encaminhamento de pedido de informação à AGEFIS - Agência Fiscalizadora do Distrito Federal, sobre o assunto que especifica.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com amparo com os art. 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal c/c o art. 15, inciso III, art. 39, § 2º inciso XII e art. 40 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF, vem requerer que sejam prestadas pela AGEFIS, dentro do prazo de 30 dias, sob pena de crime de responsabilidade, as seguintes informações:

- ✓ Termos e condições referentes às fiscalizações realizadas no Distrito Federal, por meio da referida Agência, no que tange aos procedimentos observados quanto à observância das regras legais para o funcionamento das casas noturnas e das casas de espetáculo no âmbito do Distrito Federal.
- ✓ Cópia do inteiro teor dos procedimentos das fiscalizações realizadas, bem como dos pareceres técnicos e demais documentos que se fizerem necessários para os devidos esclarecimentos.

JUSTIFICAÇÃO

Entre as funções do Poder Legislativo, está a de acompanhar e fiscalizar os atos do Poder Executivo. Neste sentido, as informações acima são de extrema importância e de interesse de toda a população do Distrito Federal.

Após os últimos acontecimentos ocorridos na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e com a grande comoção ocorrida em nossa sociedade, que causou muito espanto, foram tomadas várias medidas acerca das fiscalizações ocorridas nas casas noturnas e de espetáculo em diversas cidades brasileiras.

E esta Casa de Leis, não poderia deixar de tomar as medidas assecuratórias, no que tange ao acompanhamento das fiscalizações realizadas por este órgão, inclusive para adotar, se necessário, outras medidas visando à segurança e, por via de consequência, o lazer e o divertimento da população distrital.

Portanto, ao solicitar que sejam fornecidas informações acerca das atividades de fiscalização realizadas com relação às casas noturnas e as casas de espetáculo no



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ETAS - 000100 <
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL LILIANE RORIZ

âmbito do Distrito Federal, com as informações sobre as fiscalizações efetuadas nos últimos anos, bem como as medidas tomadas no cumprimento das legislações sobre o tema, outro objetivo não existe senão o de bem desempenhar o papel fiscalizatório do mandato e, assim, deste Poder Legislativo.

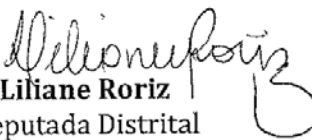
Tais informações são indispensáveis para a efetiva segurança dos cidadãos, inclusive assegurado na lei, pois é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Ainda, urge ressaltar que o artigo 5º inciso XXXIII da Constituição Federal assegura o acesso a tais informações:

"todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados na forma da lei, sob pena de responsabilidade (...)"

Por essas razões, e tendo em vista a relevância da matéria em apreço, encaminho o presente requerimento de informação.

Sala das sessões, em


Liliane Roriz
Deputada Distrital

> SETAS - 000101 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em 13/03/13
13187
Assessoria de Planejamento

RQ 2206 /2013

REQUERIMENTO Nº
(Do Sr. Deputado Chico Vigilante)

Requer a realização de audiência pública para o dia 12 de abril de 2013 para debater a regularização do Condomínio Porto Rico em Santa Maria/DF.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos dos arts. 85 e 239 a 241 do Regimento Interno, requero a realização de audiência pública na Associação de Moradores Força e União do Porto Rico, Setor Habitacional Ribeirão (Condomínio Porto Rico) Conjunto: "G", lote 11B, Primeira Etapa – em frente à Santa Maria Sul 402/403, para dar continuidade ao debate sobre a regularização do Condomínio Porto Rico em Santa Maria/DF, no dia 12 de abril de 2013, às 18hs.

JUSTIFICAÇÃO

O Condomínio Porto Rico é uma ocupação irregular no Setor Habitacional Ribeirão, que fica em Santa Maria/DF. Por meio da Lei Complementar Distrital nº 753 foi declarada área de interesse social, quando o parcelamento já estava consolidado, e abrigava cerca de 10 mil habitantes. Essa população ficou por muito tempo desprovida de qualquer assistência estatal, sendo necessária intervenção do Estado para disponibilizar condições mínimas de sobrevivência com estrutura básica como escolas, postos de saúde, polícia, serviços de água, luz e tratamento sanitário.

Em 29/10/2012 foi realizada a primeira audiência pública que tratou de debater a regularização do referido condomínio e dentre as várias sugestões de encaminhamento, ficou acertado um novo encontro para que as autoridades governamentais pudessem trazer, em conformidade com a lei, as demandas solicitadas pelos moradores.

No dia 07 de dezembro, com a participação dos representantes da Secretaria de Obras, da Secretaria de Habitação, Companhia de Desenvolvimento Habitacional CODHAB, da Companhia Energética de Brasília-

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS

12/04/13

HORA: 19h LOCAL: Externo

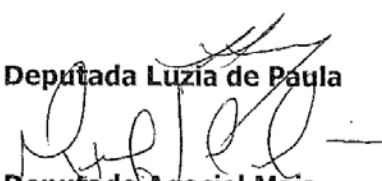
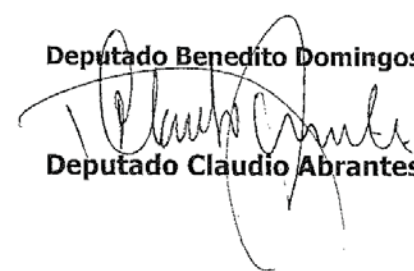
Paulo Barbosa Pacheco
Assistente Legislativo - Cerimonial

> SETAS - 000102 <

CEB, do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IBRAM, TERRACAP, Promotoria de Justiça entre outros órgãos governamentais e uma média de 300 moradores, ouvimos as demandas trazidas pelos referidos órgãos, ficando acertado novo encontro em 12 de abril de 2013 para solucionar questões ainda pendentes.

De acordo, pois, com o princípio democrático que justifica e fundamenta a existência deste Poder Legislativo, contamos com o apoio de todos os Parlamentares para a realização dessa audiência pública.

Sala das sessões, em 04 de março de 2013.


Deputado Chico Vigilante
Deputada Arlete Sampaio
Deputado Wasny de Roure**Deputado Patrício****Deputado Chico Leite**
Deputado Evandro Garla**Deputado Roney Nemer****Deputado Robério Negreiros**
Deputado Wellington Luiz**Deputada Eliana Pedrosa****Deputada Liliane Roriz****Deputado Michel****Deputado Aylton Gomes**
Deputada Luzia de Paula**Deputado Benedito Domingos****Deputado Agaciel Maia**
Deputado Claudio Abrantes

> SETAS - 000103 <

Deputado Washington Mesquita

Deputado Prof. Israel Batista


Deputada Celina Leão

Deputado Joe Vale

Deputado Olair Francisco

Deputado Paulo Roriz

Deputado Dr. Charles

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 03 2013	15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA	1	

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 15ª
(DÉCIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 13 DE MARÇO DE 2013

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Evandro Garla a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Comunicado da Presidência:

Eu gostaria de ratificar a aprovação da Mensagem nº 64, de 2013, de autoria do Poder Executivo, com 17 votos favoráveis, votada em bloco, na sessão ordinária de ontem, dia 12 de março, juntamente com as moções e os requerimentos lidos pelo Sr. Secretário.

Nesse sentido, solicito ao Setor de Ata e Súmula e ao Setor de Taquigrafia que procedam à retificação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início		Sessão/Reunião			Página
13 03 2013			15h		15ª SESSÃO ORDINÁRIA			2

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, 13 de março de 2013, eu fui brindado, Deputada Luzia de Paula, com dois presentes, dois pedidos de cassação de mandato. É de dar gargalhada por esses pedidos de cassação de mandato.

O primeiro, movido, e já se começou a colocá-lo nos blogues, nas redes sociais às 7 horas da manhã, pelo senhor chamado Luiz dos *trailers*, dizendo que hoje daria entrada no pedido de cassação do meu mandato, porque eu teria apresentado uma emenda a um projeto de lei, de autoria do Governo Federal, Deputado Agaciel Maia, para beneficiar os trabalhadores trailistas. Portanto, vão cassar o mandato do Deputado Chico Vigilante porque ele beneficiou os trailistas, que estão se libertando dele, pois ele ficava o tempo todo usando métodos não adequados para a relação com esses trabalhadores.

Mas o mais grave: eu fiquei sabendo que a gestão dessa coisa mal feita, que foi o pedido de cassação do meu mandato, se deu dentro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Eu vou indagar ao Governador Agnelo Queiroz se servidores da Secretaria da Micro e Pequena Empresa são pagos para fazer esse tipo de coisa. Há lá um tal de Dalmo, que se diz advogado, que é quem está assessorando esse cidadão.

Talvez isso seja a tentativa de puxar o meu nome e trazê-lo para igualá-lo aos demais com relação à cassação de mandato. Não vão. Não vão. Eu tenho história nesta cidade, eu tenho uma página de luta construída a duras penas, inclusive enfrentando a ditadura. Portanto, não são elementos como esse Luiz dos *trailers* que vão cassar o mandato do Deputado Chico Vigilante.

Mas aí, Deputada Luzia de Paula e Deputado Cláudio Abrantes, a conclusão a que chegamos é que, da maneira que está colocado hoje, qualquer vagabundo pode sair por aí pedindo cassação de mandato de deputado, qualquer safado, qualquer vagabundo pede a cassação de mandato de deputado, sem nenhum fundamento. Depois a Mesa arquiva, por não ter fundamento algum. É preciso que a gente dê um jeito nisso, afinal de contas, mandato de deputado é coisa séria.

O segundo pedido de cassação de mandato está feito pela Sra. Celina Leão. Já li a petição, e o fundamento dela para pedir a cassação do meu mandato é de que eu teria dito que ela é uma Deputada desqualificada. Vou repetir aqui da tribuna, porque é daqui que eu falo: a Deputada falou para o *Jornal de Brasília* que eu estaria chantageando o Deputado Cristiano Araújo no que tange à eleição da CAF – Comissão de Assuntos Fundiários –, para a qual o Deputado Cláudio Abrantes era o nosso candidato. Veio dizer que nós o estaríamos chantageando. E não houve chantagem, eu disse que não houve chantagem. Provamos que não havia chantagem. Falei que era uma Deputada desqualificada para esse debate e repito: Deputada desqualificada para esse debate, porque não é assim que se debate. Aí,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		3

pede a cassação do meu mandato. Sabe, Deputada Arlete Sampaio, é engraçado. Pede a cassação do meu mandato. Estão achando que vão chegar aonde?

Só existe um ser para cassar o meu mandato: Deus, no dia em que me tirar da face da terra. Só Ele pode cassar o meu mandato. Se existe um camarada que procura andar reto, sem nenhum desvio de conduta na vida, sou eu, exatamente para não dar oportunidade para o azar. Sou eu.

Na hora em que fazemos os enfrentamentos que têm de ser feitos, enfrentar Tribunal de Contas e outros por aí, chove esse tipo de coisa. O cidadão que está lá fora não sabe como se dão as picuinhas, as encrencas aqui dentro, e aí sai nas redes sociais: estão pedindo a cassação do mandato do Chico Vigilante. O cidadão há de perguntar: por que estão cassando o mandato do Chico Vigilante? Já acham que fiz coisa errada, já acham que fui um malandro, já acham que andei pegando coisa dos outros.

Portanto, estou fazendo questão de repudiar esse tipo de atitude irresponsável. Tenho certeza, Deputado Agaciel Maia. Já olhei os pedidos e, como não há fundamento nenhum, tenho certeza de que a Mesa vai mandar para o lixo, para o lixo, que é de onde eles nunca deveriam ter saído. Vão para o lixo, para o lixo da Casa e para o lixo da história, porque não se faz política desse jeito.

Esse mesmo Luiz entrou com um processo mal enjambrado — litigante de má fé — e não tenho dúvida de que o Desembargador vai mandá-lo para o lixo. Quero afirmar desta tribuna que estou absolutamente tranquilo com relação ao meu mandato. Tenho mais de trinta anos de vida pública e nunca me pegaram — e não vão me pegar — em um mal feito. Nunca. Enfrentei SNI, a ditadura, o diabo. Sempre estive ao lado de Deus, exatamente para não ter problema. Portanto, não tenho medo.

Se acham que vão me calar com esse tipo de molecagem, não vão. Ninguém vai me calar. Se eu tivesse medo, não teria entrado na política. Se eu tivesse medo, não teria enfrentado os generais. Se eu tivesse medo, inclusive de ficar desempregado, não teria feito greve quando nem imunidade sindical eu tinha, porque não havia sindicato. Eu não era diretor de sindicato nem nada e organizei greve.

Se há uma coisa que aprendi foi a não ter medo. Para falar francamente, abertamente, sem ter absolutamente nada escondido, não tenho um mal feito na minha vida.

Dito isso, Sr. Presidente, quero abordar rapidamente, com a aquiescência de V.Exa., um outro assunto muito importante, que é com relação à matéria veiculada no *Correio Braziliense* de hoje, de que o Banco de Brasília teve um lucro de mais de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Deputado Agaciel Maia, isso é a prova cabal da gestão correta que foi feita pelo Presidente Edmilson Gama e, depois, pelo Presidente Jacques Pena. A Diretoria do Banco de Brasília tirou um banco de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
13 03 2013	15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		4	

uma situação pré-falimentar e, em um momento que o setor financeiro não dá tanto lucro como dava antes, eles conseguem fazer com que o Banco de Brasília tenha esse lucro extraordinário que teve.

Parabéns ao Jacques Pena, que foi o nosso Presidente. Foi na gestão dele que obtivemos esse resultado. E parabéns ao novo Presidente do Banco de Brasília, Paulo Roberto Evangelista, que está dando continuidade ao que foi feito pelo Sr. Jacques Pena, ao que foi feito pelo Sr. Edmilson Gama.

Por último, Sr. Presidente, o derradeiro registro mesmo, é que eu tive a felicidade de hoje, pela manhã, participar, Deputada Arlete Sampaio, de uma reunião com o Sr. Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz; o Sr. Secretário de Estado da Saúde, Rafael Aguiar de Barbosa; o Sr. Secretário de Estado de Administração, Wilmar Lacerda, e a diretoria do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal. Saí muito feliz, muito animado com a proposta apresentada para os enfermeiros, que não vou ainda revelar qual é, pois cabe à diretoria do Sindicato submetê-la primeiro à aprovação da assembleia da categoria. Posso afirmar, porém, que como sindicalista e como Parlamentar, conseguimos produzir uma excelente proposta para os enfermeiros do Distrito Federal.

Está de parabéns o Sr. Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, por ter honrado a palavra que assumiu conosco de atender aquela categoria. Fiquei realmente, Deputada Arlete Sampaio, muito feliz com essa proposta. Tenho certeza de que ela será analisada com o maior carinho, porque a propositura é satisfatória.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de comunicar que, atendendo à solicitação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, bem como das Lideranças, vou suspender a sessão por cinco minutos.

Estamos com a presença dos Deputados Arlete Sampaio, Cláudio Abrantes, Chico Vigilante, Celina Leão e Luzia de Paula.

A Presidência vai suspender, por cinco minutos, a presente sessão e, em seguida, retornaremos aos Comunicados de Líderes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h19min, a sessão é reaberta às 15h27min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dando continuidade ao Pequeno Expediente, nos Comunicados de Líderes, concedo a palavra à nobre Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, eu nem iria falar sobre isso, mas como o Deputado Chico Vigilante falou sobre a nossa representação, eu acho que é de fundamental importância falar.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início		Sessão/Reunião	Página
13 03 2013		15h		15ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Se há uma coisa que eu também não tenho, Deputado Chico Vigilante, é medo. Eu também não tenho medo, nem de cara feia, nem de gente covarde que usa os veículos de comunicação para, muitas vezes, falar o que ele não tem coragem de falar na sua cara. Aqui na oportunidade, hoje, o Deputado Chico Vigilante coloca que quando ele me chamou de desqualificada, ele falou que seria desqualificada para o debate, mas em nenhum momento ele deixou isso claro na reportagem. Ele somente me chamou de desqualificada. Há várias formas, Deputado Cristiano Araújo, de você ser desqualificada.

Eu não acho, Deputado, nem entendo o seu nervosismo, até porque se V.Exa. colocou aqui nesta tarde de hoje que foi por esse requisito, se foi nesta questão, desqualificada para um debate, que V.Exa. escreva, faça por escrito. Eu fiz a representação porque acho que sou uma Parlamentar. O nosso Código de Ética, Deputado Wellington Luiz, é muito claro. A gente pode se sentir imune aqui, como muitos que se acham acima do bem e do mal, pegam a palavra aqui, xingam o Procurador-Geral da República, xingam qualquer um que se ponha acima dos seus interesses pessoais e escusos, muitas vezes, e usam a imunidade. Mas a nossa regra aqui dentro, Deputado Wellington Luiz, não está ligada a nossa imunidade, não, porque nós temos um código de conduta, que é quebra de decoro parlamentar.

O próprio Deputado Chico Vigilante já representou contra mim na Mesa, pedindo explicações na questão das cotas, quando eu falei que Parlamentares tinham cotas. Eu não fiquei aqui nervosa, eu expliquei. Eu acho que é para isso que cada Parlamentar tem um código de conduta aqui dentro. Até para que nós não nos acovardemos, para que não diminuamos o debate dentro desta Casa. Nós temos, sim, que ser adultos aqui dentro, que ser responsáveis pelo que falamos para os veículos de comunicação, pelas insinuações que fazemos sobre os colegas, Deputado Cristiano Araújo.

Eu falei ao *Jornal de Brasília* sobre a chantagem que envolvia a Comissão de Assuntos Sociais, mas eu não falei que foi S.Exa. Não citei nem o nome. Falei que nós não aceitávamos chantagem de colocar o nosso partido, o PSD, no meio de um problema da Comissão de Assuntos Fundiários, que era uma disputa da Base.

Eu o farei todas as vezes. Não tenho medo de cara feia. Não tenho medo de gritaria. Não tenho medo de gente covarde, de gente que puxa saco, que usa essa tribuna para ficar puxando o saco de governador, puxando o saco de secretário para fazer de conta que é herói. Não tenho medo, mas exijo que me respeite como Parlamentar.

Há muitas coisas que eu acho de V.Exa., mas não posso falar porque eu também não tenho prova. Não posso falar porque fere as condutas, fere o decoro. Então, temos que nos manter alinhados dentro da ética, muitas vezes engolindo muitos sapos. Não podemos esculhambar os colegas aqui, principalmente a mim, que sou mulher, para diminuir a condição.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		6

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu quero, em primeiro lugar, concordar com as palavras de V.Exa. porque há Parlamentares aqui que têm o hábito de atacar os outros pessoalmente.

Recentemente saiu um vídeo, no qual eu não fui citado, mas que dizia que a Comissão de Assuntos Fundiários não ficou com o candidato do governo porque o governo não negocia cargos, não paga pedágio. Realmente fiquei cismado com esse vídeo, porque há certa conotação nesse vídeo.

Nesse caso, eu não vou representar porque não fui citado nominalmente, mas vou dizer que a minha paciência está se esgotando nesta Casa. Eu também não tenho medo de cara feia, de grito e, de agora para frente, se for para tratar dessa forma pessoal, nós vamos tratar dessa maneira pessoal. Vou passar a perseguir, vou passar a correr atrás das coisas, conforme o que tem ocorrido comigo nesta Casa.

Então, é bom que os Parlamentares tenham mais precaução, mais zelo na hora de colocar o outro em xeque, de colocar o outro sob suspeição, porque cada um aqui tem que prestar contas à sociedade. Então, não podemos pensar dessa forma.

Quero aqui concordar com as suas palavras e dizer que V.Exa. tem o meu apoio. Estou cansado dessas práticas de perseguição nesta Casa. V.Exa. pode contar comigo no que precisar.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Só para concluir a fala, acho que todos nós que somos Parlamentares, que estamos aqui no exercício do nosso mandato, podemos sofrer representações, sim, Deputada Luzia de Paula, e a partir do momento em que as sofrermos, fazermos a defesa.

Eu queria só ler um artigo do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Cristiano Araújo. O art. 6º, VIII, fala o seguinte: “fazer referências caluniosas a outro Deputado em debates, pronunciamentos ou através dos meios de comunicação, ou usar em discursos palavras que firam o decoro”.

É só isso. Eu fiz a minha representação com base no Regimento. Agora cabe ao Deputado se explicar. Aqui S.Exa. diz que eu seria desqualificada para esse debate. Apesar de não concordar com S.Exa. – porque eu acho que a partir do momento em que nós estamos eleitos, estamos qualificados para qualquer debate –, foi a primeira vez que ele coloca em qual situação eu seria desqualificada. Para um debate baixo e desse tipo, eu realmente não sou qualificada. Eu sou qualificada aqui para tratar os Parlamentares com respeito. Muitas vezes, as ideologias são diferentes, mas procuro tratar com respeito, com trabalho.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

Não tenho medo de cara feia. Não acho que eu estou acima do bem e do mal. Há uma coisa também: eu acredito muito em Deus. Quem me deu esse mandato foi o Senhor, mas temos que prestar contas, sim, aos colegas, ao Regimento Interno e à sociedade. Nós não podemos achar que é lixo. Lixo é o que sai da boca das pessoas que muitas vezes falam o que pensam, e muitas vezes falam demais.

Então, eu acho que quando você fala o que pensa, você tem que justificar o que fala, tem que provar o que fala. Ou você fala menos, engole o que gostaria de falar, ou você fala e prova. O que você acha que pode falar em cima da sua imunidade Parlamentar, é bom lembrar que a imunidade parlamentar serve para nós fora da nossa Casa. Nós temos uma conduta interna com os parlamentares, até para que se mantenha o respeito aqui dentro, para não virar um ringue, e eu não vou aceitar, nenhuma vez, que minha honra seja ferida aqui. Vou representar. Não tenho medo.

O Deputado Chico Vigilante que se defenda, e se essa Mesa for coerente, vai mandar para frente para que o Deputado Chico Vigilante se defenda, sim, no papel – não aqui na tribuna –, dizendo que eu era desqualificada para o debate. Que ele faça no papel. É o mínimo. É isso que eu falo.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, eu gostaria apenas de explicar, para entendimento da galeria e de algumas pessoas que estão presentes aqui, que nós temos nesta sessão três fases específicas: primeiro, temos os Comunicados de Líderes, previstos no art. 111, I, do Regimento Interno. Nessa fase, cada Líder de partido fala por cinco minutos. Em seguida, nós temos os Comunicados de Parlamentares. O art. 113 do Regimento Interno diz que cada um dos parlamentares fala por cinco minutos, limitado a quarenta minutos dentro da sessão. O terceiro bloco é chamado de Grande Expediente, de que fala o art. 118 do Regimento Interno, em que se pode falar por vinte minutos, totalizando até sessenta minutos, que são distribuídos para todos os Deputados.

Então, dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concederei a palavra à Deputada Arlete Sampaio por cinco minutos.

Enquanto ela chega à tribuna, eu gostaria de convocar os colegas que estão nos gabinetes. Estamos atualmente com a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Olair Francisco, o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Cristiano Araújo, o Deputado Wellington Luiz, a Deputada Celina Leão, a Deputada Liliane Roriz, a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Evandro Garla e o Deputado Rôney Nemer presentes a esta sessão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos, boa tarde a todas.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início		Sessão/Reunião	Página
13 03 2013		15h		15ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Sr. Presidente, cumprimento-o por estar presidindo esta sessão. Nós temos uma proposta da Liderança de Governo, que foi acertada ontem no Colégio de Líderes. Havendo *quorum* – e há *quorum*, porque sei que há vários Parlamentares fora do plenário, mas que estão presentes na Casa – nós podemos avançar na apreciação dos vetos que foram acordados, para também reduzir a quantidade de vetos que temos a apreciar nesta Casa.

Talvez eu deva ser a segunda Deputada mais idosa desta Casa. Só perco para o Deputado Benedito Domingos. Então, na qualidade de alguém que já tem cabelos brancos, eu queria chamar a atenção de todos os Parlamentares desta Casa para a seguinte situação: nós vamos ter, no ano que vem, uma eleição na Capital da República. Vários de nós estaremos em palanques; às vezes estaremos juntos; às vezes estaremos em palanques separados. Se o calor do debate for proporcional à proximidade da eleição, nós vamos transformar esta Casa num ambiente insalubre. Então, eu penso que é o momento de todos nós refletirmos.

A sociedade tem uma expectativa muito grande em relação a esta legislatura, a esta Mesa, que acabou de se eleger. E nós precisamos, de fato, dizer à sociedade que esta Câmara tem um papel fundamental para defender os interesses públicos. Nós não podemos mais deixar um jornalista dizer o que se fala por aí: que nós não trabalhamos e que, em janeiro, se gastou muito sem se trabalhar. Quer dizer: de repente, ninguém reclama dos fatos que acontecem no Poder Judiciário. Quantos desembargadores possuem carro? Que salários recebem? Quantas férias recebem, etc. Mas nós, que somos o Poder mais democrático de todos os poderes, porque somos eleitos, somos fiscalizados diuturnamente, e olham para nós com lupa, por isso é que temos que ter o cuidado de dar qualidade aos nossos debates aqui na Casa.

De nada adianta desconsiderarmos o outro. Sabemos que há divergências, que há posições políticas distintas, que tem a Oposição, tem a Situação, tem gente que ainda não sabe de que lado está – e isso é normal, é absolutamente normal, porque as pessoas estão esperando para ver, de repente, para que lado vai o vento, para ver se vão para lá ou se vão para cá. É normal, faz parte do ambiente democrático. Agora, pessoalmente, eu gostaria de ser respeitada, e quero respeitar todos os colegas desta Casa.

Eu acho que o bom debate é o debate feito aqui no plenário, e não aquele que advém de uma coisa que a gente falou na imprensa, até porque a imprensa muitas vezes edita o que a gente fala, não fala literalmente, e temos que tirar as dúvidas. Eu, por exemplo, a Deputada Celina Leão lembra quando ela falou da questão das cotas do governo. Fiz um pedido de explicações para que S.Exa. dissesse quem é que recebia cotas de governo, porque eu não recebia. E sou contra que se receba. Então, esclareceu-se e morreu ali o assunto. Eu acho que temos esse direito, mas vamos procurar nos respeitar mutuamente e elevar o tom do debate, que é o que o povo de Brasília espera de nós.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço à Deputada Arlete Sampaio.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Substituindo o Deputado Olair Francisco, falará como Líder o Deputado Wellington Luiz. Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco PMDB/PTC/PT do B/PPL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço licença aos meus pares para fazer uso desta tribuna e parabenizar a Polícia Civil do Distrito Federal pela implantação do Projeto Ação Imediata, concebido pela Coordenação de Repressão a Homicídios do Departamento de Polícia Especializada e que objetiva, em apertada síntese, estabelecer maior agilidade e efetividade na investigação de crimes de homicídio, que é um dos crimes mais graves que existe.

É de conhecimento público a extensão dos danos sociais que os homicídios causam em nosso meio e o recorrente clamor popular que se segue à perpetração desses crimes, notadamente quando as vítimas são idosos, crianças, mulheres, ou que tenham motivação discriminatória, fútil ou mesmo grande carga de barbárie, o que, infelizmente, tem sido comum entre nós.

Por atentar contra o bem jurídico mais valioso para o direito — a vida — e em face de suas características e complexidade, o crime de homicídio recebe tratamento prioritário no processo de persecução criminal desde a fase inquisitória, havendo preceitos que obrigam a presença imediata da autoridade policial e seus agentes no local do fato para preservação de vestígios, coleta de informações e outras providências de ofício que estabelecem as linhas preliminares de investigação e podem determinar a rápida formação da culpa com elementos de autoria e materialidade.

A Polícia Civil do Distrito Federal historicamente apresenta elevados índices de elucidação de homicídios e se notabilizou no cenário nacional por sua constante evolução científica e tecnológica, seja pela adoção de modernas ferramentas de investigação, como os sistemas Millenium, Guardião e outros, seja pela política permanente de capacitação de pessoal, seja pelo desenvolvimento constante de novos processos de gestão com vistas à melhoria da eficiência da atividade policial, o que permite níveis de excelência na instrução dos inquéritos policiais entregues à Justiça e na prestação dos serviços demandados diretamente pela comunidade.

Nessa perspectiva, o Projeto Ação Imediata, implantado em caráter experimental na área circunscricional da 6ª Delegacia de Polícia, que compreende Paranoá, Itapoã e condomínios, prevê o comparecimento ao local do delito e a realização de todos os atos de investigação sob a atribuição da Coordenação de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		10

Homicídios, inovando em relação ao Regimento Interno da PCDF, que estabelece a obrigatoriedade da presença do delegado de plantão da unidade circunscricional aos locais de homicídio e a adoção das providências elencadas no art. 6º do Código de Processo Penal. Com esse novo método, pretende-se alcançar maior eficiência na instrução dos inquéritos policiais, prevenindo a repetição de vícios que maculam, dificultam e até impedem a elucidação desses crimes.

Todos sabem do grande número de registros efetivados nos plantões policiais diariamente e da enorme dificuldade em se prover a investigação satisfatória de todas as ocorrências, em face do reduzido contingente das equipes de plantão, situação que tende a se agravar com a crescente carência de pessoal por que vem passando a Polícia Civil do Distrito Federal nos últimos anos.

Nesse contexto, o projeto inovador desobriga a 6ª Delegacia de Polícia do ônus de atender aos locais de crime de homicídio, permitindo que seu efetivo possa se incumbir da investigação da elevada carga de outros crimes registrados diariamente, como roubos, furtos, tráfico de drogas, estupros e outros, resultando em melhora da produtividade da delegacia circunscricional.

Por outro lado, a atuação com imediatismo da unidade especializada nos locais de homicídio confere lastro ao princípio da oportunidade, na esteira do qual o investigador exercita, além dos conhecimentos técnicos específicos, seu instinto, tirocínio e intuição ainda no calor dos acontecimentos, colhendo informações e impressões subjetivas restritas ao cenário dos fatos e cuja materialidade nem sempre é possível produzir em momento futuro. Assim, podem ser comentários, olhares, expressões faciais e de sentimento, ou mesmo uma indumentária, um corte de cabelo ou um penteado específico, dentre tantos outros elementos que o investigador pode se valer para alcançar a almejada elucidação do crime.

Para se ter uma ideia do alcance da medida, durante os seis meses do projeto piloto na área da 6ª Delegacia de Polícia, compreendidos entre 15 de agosto de 2012 e 15 de fevereiro de 2013, ocorreram 20 homicídios, sendo 7 no Itapoã e 13 no Paranoá, dos quais 70% foram totalmente elucidados dentro do período 14 dias, com autoria e materialidade definidos, sendo cumpridas 26 prisões de um total de 29, efetuadas em flagrante ou decretadas pela Justiça. Além disso, foram apreendidas 8 armas de fogo, 17 armas brancas, 134 munições, 2 coletes balísticos e porções de maconha e cocaína.

Embora tenham sido encontradas dificuldades na sua execução, como baixo efetivo de policiais, deficiência quanto ao isolamento e preservação da cena do crime e burocracia nos fluxos de comunicação, o experimento revelou resultados extremamente positivos no que se refere ao processo de gestão da investigação, como melhor preservação da prova, redução do tempo de indicação da autoria, maior número de prisões, maior especialização e, como consequência, melhor gerenciamento e maior eficiência na persecução penal.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		11

O alto índice alcançado na elucidação dos crimes de homicídio e os proveitos colhidos em prol da gestão da investigação policial, durante o período de execução do projeto piloto, revelam o acerto da medida adotada e justificam a sua oportuna extensão a outras áreas circunscricionais. A mudança só terá validade realmente, porém, como corolário da excelência da atividade policial, se, em futuro próximo, vier a ser incorporada à rotina da Polícia Civil como método de investigação de todos os crimes de homicídio registrados no Distrito Federal, transformando-se em virtuoso instrumento de justiça criminal.

Por essas razões, colho a oportunidade para enaltecer a iniciativa da Polícia Civil do Distrito Federal e parabeniza-la na pessoa do Diretor-Geral.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, antes de V.Exa. concluir, quero parabenizar V.Exa. sobre esse tema. Sei que tem V.Exa., o Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Dr. Michel, que são especialistas em segurança pública, mas eu que ando e convivo com várias capitais do Brasil, tenho que parabenizar a Polícia Civil de Brasília pelo grau de eficiência, de competência e de profissionalismo que têm os agentes e delegados. Quero parabenizar também o nosso Secretário de Segurança, Sandro, pela sua formação, pela sua dedicação, pelo esforço que tem empreendido, pelo trabalho intenso que tem feito no sentido de melhorar a segurança de Brasília.

Por ser a Capital do País, tudo que acontece aqui é notícia. Mas eu fico impressionado porque, se você vai a Goiânia, em cada cruzamento daquele diz: "Aqui foi assassinado o empresário fulano de tal". Outro cruzamento é conhecido por outro homicídio. E a maioria dos homicídios aqui de Brasília, conforme V.Exa. relata com propriedade e conhecimento, acontece principalmente no mundo marginal. Às vezes, quem mata é até pior do que quem morre, ou vice-versa. Então, a maioria dos crimes de Brasília, os homicídios que agora estão em um elevado grau de elucidação, Deputado Chico Leite, geralmente quem mata e quem morre, quando puxa a ficha, ninguém sabe qual dos dois é pior.

Antigamente, Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa. sabe que se roubava muito carro, roubava toca-fitas; agora, com o mecanismo de segurança que esses carros têm, a maioria dos roubos de carro — que o sujeito bota a arma para levar o carro porque não tem mais como levá-lo sem o dono estar presente para ligá-lo — é caracterizado como sequestro relâmpago. Eleva essa estatística e o pessoal faz um estardalhaço grande.

É lógico que ser da Polícia Civil, ser Secretário de Segurança da capital do País, onde qualquer coisa repercute nacionalmente, é muito mais difícil. Mas eu tenho que enaltecer, porque se você vai a Goiânia, é assim; se você vai a Natal, é assim; se você vai a João Pessoa, é assim. Em São Paulo, cada cruzamento tem uma

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início		Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h		15ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

história: “Ali foi onde morreu fulano assassinado”. Em Brasília, graças a Deus, não acontece isso.

Eu acho que o governo tem que olhar, tem que reforçar. Existem quantidades de pessoas e é preciso aumentar o quantitativo da Polícia Civil, principalmente da tecnologia. Nós sabemos que a segurança hoje é muito feita por tecnologia. A partir do momento em que se implantam câmeras, onde um painel de câmeras substitui a presença de vários policiais, a polícia pode fazer aquela inserção no momento determinado. Portanto, quem conhece a realidade das outras capitais, numa proporção das cidades serem menores – Brasília está com 2,5 milhões, Deputada Celina Leão, de habitantes, e mais um 1,5 no Entorno. São 4 milhões e 100. Só perde para São Paulo e Rio de Janeiro. Então, se colocarmos os números, as estatísticas – porque estatística é como dizia Delfim Neto: você faz a interpretação que quiser. O sujeito pode estar com a cabeça no forno de micro-ondas e os pés no *freezer*, a temperatura média dele deve estar ótima, no entanto ele já morreu há muito tempo.

Então, as estatísticas geralmente para a área de segurança são distorcidas, porque há necessidade de se fazer um sensacionalismo — e tem um nicho de pessoas que gosta desse problema de notícias de crime etc. —, mas Brasília ainda está, de longe — não é de perto, não; é de longe, longe —, muito mais segura do que as outras 26 capitais do País. Portanto, eu quero elogiar o discurso de V.Exa. hoje à tarde.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, companheiro de corporação, tivemos a oportunidade de trabalhar juntos. Eu quero parabenizar V.Exa. por sempre trazer o tema da Polícia Civil a esta Casa, pelo conhecimento de causa que V.Exa. tem e teve como policial civil à frente do nosso sindicato durante muito tempo. Isso permitiu a V.Exa., com toda a propriedade e tranquilidade que o cargo proporcionava, percorrer todo esse segmento, delegacias.

Quero aqui também dar meu testemunho do trabalho que V.Exa. fez à frente do sindicato, neste cenário do que realmente é a Polícia Civil do Distrito Federal. Queria dizer para todos que esses dados que V.Exa. traz, esse altíssimo índice de solução de homicídios, não é uma novidade. V.Exa. sabe muito bem disso. Não é uma novidade, já é uma prática de décadas. Isso se deve principalmente — em qualquer governo já passado — à qualidade do nosso profissional da Polícia Civil do Distrito Federal. Isso, Deputado Evandro Garla, porque se trata de um processo seletivo que hoje atrai gente de todo o País. Depois, afunilamento. E, principalmente, porque depois, quando se adentra aos quadros da Polícia Civil, Deputado Agaciel

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		13

Maia, mesmo no curso de formação, já vem um grau de excelência muito grande no preparo, no treinamento dos nossos policiais.

Nós, hoje, temos essa qualidade, que V.Exa. colocou muito bem, devido a essa formação. Uma formação que vem desde o afunilamento que acontece para se entrar e de quando se entra na instituição. A instituição não deixa cair a formação, a qualificação dos seus profissionais, independente de qualquer que seja o seu diretor. Isso se reflete em números, como V.Exa. muito bem colocou. Esse índice vem se mantendo há muito tempo, colocando a Polícia Civil entre as melhores polícias civis do mundo, pelo índice de solução de homicídios.

Agora, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. tocou muito bem em um ponto: estamos em um decrescente, em número de efetivo. Nesse ponto quero saudar o esforço de todas as entidades relacionadas à Polícia Civil, à Secretaria de Segurança Pública, à Secretaria de Administração e, naturalmente, à Presidente Dilma, pelo envio do projeto de lei para o aumento de efetivo, que talvez seja uma das grandes lutas que poderá dar um efeito maior ainda sobre esses dados que V.Exa. trouxe, no intuito de se trazer mais policiais. Porque estamos em um decrescente.

Ao mesmo tempo, hoje estivemos com o Secretário Wilmar e eu tive a oportunidade de cobrá-lo quando foi falado que a nossa coirmã, a Polícia Militar, está tendo todo um equipamento, aquelas pistolas a *laser*, novas viaturas, novas unidades. Eu tive a oportunidade de falar que a Polícia Civil está precisando de também contar com esse aparelhamento, porque hoje o nosso corpo humano é extraordinário, mas o nosso corpo físico precisa melhorar para poder melhorar ainda mais esses índices. Então, é nesse sentido que vamos trabalhar. Eu tenho certeza de que V.Exa. tem trabalhado. Nós pedimos o apoio desta Casa.

Um grande perito amigo nosso, o Dr. Celso, que está como Subsecretário de Segurança, tem um projeto que pode ajudar muito esse projeto que foi citado pelo Deputado Agaciel Maia, que é o monitoramento por câmeras. O Distrito Federal, Deputado Agaciel Maia, terá o dobro de câmeras do que a cidade do Rio de Janeiro, tão grande é o investimento que será feito nessa área. Tudo está sendo preparado e eu tenho certeza de que esse projeto dará um grau de excelência maior ainda do que os dados que o Deputado Wellington Luiz trouxe.

Por tudo isso, Deputado Wellington Luiz, quero me ombrear a V.Exa. e parabenizá-lo pelo pronunciamento.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Cláudio Abrantes. O Deputado Cláudio Abrantes tem enorme propriedade para falar, porque é um conhecedor desses problemas, tanto diretamente na polícia, quanto das causas sociais que enfrenta, e também o Deputado Agaciel Maia.

Sr. Presidente, não precisa ser policial, basta ser cidadão de bem e ter sensibilidade. Isso não falta a V.Exa. para saber que no Distrito Federal nós temos policiais preparados e abnegados. É claro e é bom que se saiba disso, como bem

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 03 2013	15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

disse o Deputado Cláudio Abrantes. Para nós não é uma novidade, mas houve um período em que chegamos a 84% de elucidação de crimes violentos, perdendo apenas para a polícia do Canadá. Lamentavelmente, a perda de investimento nessa área fez com que houvesse um decréscimo, e aí quem paga é a sociedade. Essa conta é muito alta, porque qualquer outro bem é recuperável; a vida, não. Esse é o único bem que temos que, ao perdê-lo, a família vai chorar o resto da vida. E isso acontecerá independente da elucidação do crime, da punição. A dor da família não se encerra. Só quem passou por isso sabe o que significa.

Então, quero mais uma vez parabenizar a Secretaria de Segurança Pública, na pessoa do Secretário Sandro Avelar. Temos que reconhecer o seu esforço para que possamos alcançar esses números. E, como bem lembrou o Deputado Cláudio Abrantes sobre a questão do efetivo, foi na gestão do Dr. Sandro Avelar que nós conseguimos fazer com que o efetivo da Polícia Civil fosse aumentado em 3.029 cargos. Então, é um salto de qualidade. É claro que isso vai ser parcelado, mas já é um salto de qualidade, é um investimento no futuro.

Não podemos deixar de parabenizar o Diretor-Geral pelo seu compromisso, pela forma séria como tem conduzido a Polícia Civil, e principalmente, ou também em tamanho igual, a Delegada Rosana, que é a Chefe da Coordenação de Investigação de Crimes Contra a Vida. Quem conhece essa delegada sabe — eu e o Deputado Cláudio Abrantes a conhecemos bem — do compromisso que ela tem com a nossa polícia. E também parabenizo todos os nossos agentes, porque tanto o secretário, como o diretor e os delegados planejam, mas quem executa são os agentes. Então, quero saudar todos e torcer para que a Polícia Civil continue trabalhando dessa forma, porque quem vai ganhar com isso é a sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao nobre Deputado Wellington Luiz.

Gostaria de solicitar aos Srs. Presidentes das comissões parlamentares e assessorias dos Deputados que agilizem a tramitação dos projetos dos Deputados para exame e aprovação do Plenário. Houve um entendimento de às terças-feiras votarmos os projetos do Executivo e às quartas-feiras votarmos os projetos dos Deputados presentes. Gostaríamos, inclusive, de cumprir um grande projeto do Deputado Chico Leite, Deputada Arlete Sampaio, que é o de começarmos as sessões às 15h, como fizemos hoje, porque dá para todos falarem, discutirem, dá para votarmos os projetos que têm que ser votados e, quando for por volta das 17h... Nós sabemos que a maioria dos Parlamentares hoje tem compromissos agendados em várias cidades e há dificuldade, devido ao trânsito, para acessar essas cidades.

Portanto, se cumprirmos o regulamento e às terças-feiras votarmos os projetos do Executivo, às quartas os projetos dos Deputados e começarmos a sessão, exatamente como manda o Regimento Interno, às 15h, às 17h nós já

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		15

teremos cumprido nossas obrigações. O Pequeno Expediente é dividido em dois: os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares. Só depois vem o Grande Expediente, que pode muitas das vezes ser superado, para irmos direto à votação.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido a V.Exa., tendo em vista que eu acredito já haver *quorum* para procedermos à votação.

Como estamos no mês da mulher e eu tive a honra, como Vice-Governadora, de ter contribuído para mudar o Estatuto da Polícia Militar para permitir às mulheres policiais militares que tivessem ascensão até o cargo de coronel, como já acontece hoje, na sexta-feira nós faremos uma homenagem à primeira turma de mulheres oficiais da Polícia Militar. Há na pauta as Moções nº 449 e nº 450, de minha autoria. Se fosse possível votarmos hoje essas moções, seria importante, porque a sessão já é na sexta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de consultar se os Deputados inscritos nos Comunicados de Parlamentares abrem mão da fala, para darmos início à Ordem do Dia e à votação dos vetos. (Pausa.)

Eu estou apenas fazendo uma consulta ao Plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Só nos Comunicados de Parlamentares. Nos Comunicados de Líderes, eu continuarei a conceder a palavra. Portanto, V.Exa. vai falar pela Liderança.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Se houver Parlamentares que queiram se manifestar durante os Comunicados de Parlamentares, nós daremos a palavra e, só depois, faremos a votação. Estou fazendo apenas uma consulta ao Plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Bloco Social Ecológico. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, eu venho à tribuna para falar sobre um tema bem mais ameno do que o que tivemos aqui agora há pouco, mas que também não deixa de ter um caráter...

Quero vir aqui, caro Deputado Chico Leite, falar de novela. Eu vou falar de novela. Eu, por exemplo, gosto de novela. Não posso assistir a elas, Deputado Cristiano Araújo. E há várias novelas que acontecem diariamente. Mas por que eu

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 03 2013	15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

estou trazendo esse tema para a Casa hoje? Na verdade, eu quero aqui parabenizar a *Rede Globo de Televisão*, porque, na última semana, encerrou-se uma novela a que eu não tive oportunidade de assistir, porque geralmente estava aqui, mas colocava para gravar. Foi uma novela, Deputada Luzia de Paula, que trouxe uma temática extremamente importante para o Distrito Federal, para o Brasil — e até na *TV Globo Internacional*, onde era transmitida —, principalmente porque abordava dois pontos que são muito discutidos por aí.

O Deputado Prof. Israel Batista, em momento oportuno, vai poder falar sobre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Mas dois dos segmentos sociais mais marginalizados, Deputado Chico Vigilante, foram retratados nessa novela *Lado a Lado*, que mostrou justamente a temática do racismo e da discriminação da mulher durante todo o seu contexto. Faço esse pronunciamento hoje porque, na semana passada, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Na semana que vem, vamos comemorar o dia contra o racismo — inclusive há uma sessão solene marcada pelo meu companheiro de bloco, o Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, esse pronunciamento de V.Exa. se reveste de uma grande importância. Eu também não sou um romancista, porque não tenho tempo de assistir a novela em casa, mas há outra novela que está retratando um tema extremamente importante, *Salve Jorge*, que trata do tráfico internacional de mulheres. Como fruto dessa novela exibida pela Rede Globo, o governo brasileiro, em sintonia com o governo da Espanha e de outros países, Deputado Chico Leite, já fez uma série de ações de prisões desses traficantes internacionais de mulheres. Foi um tema levantado por uma novela da *TV Globo*. V.Exa. deve estar lembrado — mesmo eu não sendo um romancista — de uma novela que abordava a questão do desaparecimento de crianças, de menores. Houve uma grande campanha por parte da sociedade no sentido da recuperação daquelas crianças.

Portanto, V.Exa. tem inteira razão. Estão de parabéns os criadores daquelas novelas, bem como o corpo de artistas, os técnicos e a direção da Rede Globo por brindar a sociedade brasileira com temas tão importantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante. Eu quero incorporar ao meu pronunciamento o aparte de V.Exa. Concordo com V.Exa. especificamente sobre essa novela, que tem um tema bem atual.

Do ponto de vista da novela *Lado a Lado*, ela retrata uma situação que havia no início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, em um país pós-escravidão, onde os negros eram discriminados, eram deixados de lado; onde os negros, para jogar futebol, tinham que pintar o rosto; onde a mulher, para poder ser jornalista —

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		17

e aqui temos diversas jornalistas na Casa —, tinha de usar um pseudônimo masculino para poder escrever, para poder ser respeitada. Essa temática foi trazida à tona com um corpo de atores, Deputada Arlete Sampaio, extremamente engajados no trabalho do movimento negro do Brasil, como Milton Gonçalves, Camila Pitanga, Lázaro Ramos e tantos outros que incorporaram essa temática dentro do debate feito na novela, em que a questão racial era mostrada de maneira muito clara, no cotidiano do Rio de Janeiro no início do século passado.

É importante frisar que o racismo se apresenta de formas veladas no mundo inteiro contra judeus, árabes e, sobretudo, contra os negros no nosso país. Nós estamos num grande debate sobre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados, porque teríamos lá um presidente que seria contra os negros, seria racista. Isso é algo que não se pode permitir hoje no País em hipótese nenhuma. Principalmente em um país como o Brasil, que foi feito, construído, tanto do ponto de vista da força para o trabalho, quanto da sua cultura, pela enorme contribuição do continente africano.

Essa novela tratou de uma maneira tão clara e tão interessante a questão do racismo e da discriminação às mulheres, Deputada Luzia de Paula, que eu estou formulando uma moção de louvor à Rede Globo de Televisão, e também aos autores dessa novela, que eu faço questão de citar pela maneira com que tratou do tema. São eles: João Ximenes Braga e Cláudia Lage. Um tema delicado que hoje atinge 80 milhões de pessoas e que ainda não é tratado com a devida verdade, com a devida robustez, para se coibir esse crime, em minha opinião hediondo, que é a questão do racismo.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PEN. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, é muito bom o pronunciamento de V.Exa. Eu acho que todos estão prestando atenção a esse tema. Eu acredito que o nosso país esteja vivendo o momento de escolha entre dois caminhos: ou avançamos rumo ao século XXI, e abandonamos essas práticas que historicamente têm feito este país ser tão desigual, ou vamos parar no tempo.

Hoje há um embate muito forte na sociedade. Há um preconceito muito grande, a ponto de o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados ser alguém que declara que o problema da pobreza na África é espiritual. Eu tenho de pegar o meu diploma de cientista político, a minha trajetória de professor de história e queimar em uma fogueira, porque fazer declarações absurdas como essa é uma demonstração de falta de conhecimento muito profunda.

Problema espiritual! É preciso entender que hoje nós sofremos com o preconceito contra a negritude, sofremos com o preconceito quanto às religiões de matrizes africanas. Eu acho que esse não é o caminho que o nosso país deva

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 03 2013	15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

perseguir. O nosso país precisa perseguir o caminho do entendimento, da diversidade, que é a riqueza. Quando nós brasileiros descobrimos que a diversidade era a nossa força, nós avançamos bastante.

Então, parabéns pelo pronunciamento. Nós precisamos corrigir esse rumo.

Obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Agradeço o aparte do Deputado Prof. Israel Batista.

Somente para concluir o raciocínio, do ponto de vista da construção da nossa nação pelo continente africano, pela sua participação imensa, outro dado da novela que tratou com muita sutileza e beleza, por que não dizer, a questão da capoeira, por exemplo, em que o Deputado Evandro Garla tanto milita. A capoeira, que surgiu nos terreiros, nas senzalas e se tornou hoje um símbolo do País. Na culinária há a feijoada, que muitos dizem ser portuguesa, mas ela foi aperfeiçoada para esse nosso sabor que temos hoje também nas senzalas. O próprio samba, que hoje é a marca do País, era produto dos morros cariocas, sendo segregado, e não era visto como um ritmo, como nada cultural.

Então, a novela trouxe isso e mostrou justamente a luta para a aceitação daquelas comunidades, dentro de um contexto como o do Rio de Janeiro, vindo da aristocracia, vindo de um império, ainda com pessoas com títulos como baronesas, como barões, enfim, pessoas que ainda imaginavam o negro como uma classe subalterna. Às vezes nem como ser humano era imaginado. E isso foi um acréscimo muito grande.

Apenas lembrando, Deputado Evandro Garla, antes de conceder um aparte a V.Exa., que comemoraremos – ou melhor, não comemoraremos –, na verdade é um dia de luta: o dia 21 de março é o dia internacional contra a discriminação racial. Ele surgiu justamente em razão de um fato ocorrido em 1960 na capital sul-africana, Joanesburgo, onde 20 mil negros protestavam contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação especificando os locais em que eles podiam andar. Os negros tinham de portar um cartãozinho onde se dizia que eles só poderiam andar naquele e naquele lugar. Para fazer isso eles tinham de usar esse cartãozinho. E nesse protesto, conhecido como o Massacre de Sharpeville, morreram centenas de negros na capital sul-africana. Por isso a ONU dedica esse dia 21 à luta contra a discriminação.

DEPUTADO EVANDRO GARLA — Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES — Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) — Nobre Deputado Cláudio Abrantes, parabenizo V.Exa. pelo discurso. Estava ali atento tanto ao seu discurso quanto ao aparte do Deputado Prof. Israel, e ambos tocaram no assunto relacionado ao que está ocorrendo lá na Câmara dos Deputados quanto à

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 03 2013	15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

escolha do Pastor Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Eu gostaria só de chamar a atenção – chamar a atenção é uma expressão muito pesada –, só de lembrar que muitas vezes, quando nós estamos falando da palavra minoria – até hoje de manhã, em um programa de rádio do Toninho Pop, eu falei sobre isso –, isso representa um número menor do que o outro. Se colocarmos hoje no debate a quantidade de evangélicos, eles também são minoria. O que mais se tem dito hoje, da semana passada para cá, é porque é pastor, é porque é isso, os evangélicos, um evangélico não pode presidir a Comissão de Direitos Humanos. Onde é que está escrito isso na Constituição? Mas aí muitos vêm falar: “Ah, não. Foi por causa de alguns textos, algumas palavras que ele disse”.

Mas também temos de lembrar que texto sem contexto é um pretexto para a pessoa falar o que não deve. Então, pegar textos isolados é um pouco complicado. Se formos olhar pela base histórica também, quantos foram os protestantes – que na época não se chamavam evangélicos – que foram queimados, foram mortos, foram colocados nas fogueiras, foram colocados nas redomas, foram colocados para os animais assim como alimento? Se formos colocar no sentido de quantidade, fica um pouco complicado. Não quero valorar isso. Temos de valorar o ser humano.

Não pode acontecer nada com o ser humano, seja ele católico, seja ele evangélico, seja ele espírita, seja ele de religiões de matriz africana, seja também aquele que tomou uma decisão, que escolheu ter uma relação homoafetiva. Essa é uma decisão pessoal. Então, não tem de ter violência em nenhum sentido.

Porém, o que aconteceu esse final de semana com o Pastor Marco Feliciano? Invadiram a igreja dele, a família teve de se esconder. Aí entra o quê? A intolerância, aí entra a intolerância. Os evangélicos hoje, aqui no Brasil, somos minoria também. A religião que predomina hoje é a religião católica. Os evangélicos também são minoria. Isso significa que também não podem assumir a Comissão de Direitos Humanos? Não concordo.

Então, só para lembrar isso. Muito obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES — Obrigado, Deputado Evandro Garla. Quero apenas salientar que o meu questionamento, e acredito que o questionamento do Deputado Prof. Israel Batista, não se refere à questão da religião, se ele é católico, se ele é evangélico ou o que quer que seja. Concordo plenamente com V.Exa. Também não vamos trabalhar com a questão da violência de forma alguma, em hipótese nenhuma.

Finalizando já, Presidente, nessa minha conclusão quero elogiar a Presidência da República, o ex-Presidente Lula, que em 2003 criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, uma secretaria com *status* de ministério, pela primeira vez na história, para cuidar da questão da igualdade racial,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 03 2013	15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

fato que foi replicado aqui no Distrito Federal pelo Governador Agnelo Queiroz, quando havia apenas uma coordenação e ele a transformou em secretaria.

E aí, para concluir mesmo, recentemente, Deputado Evandro Garla, tive a oportunidade de participar, lá no Riacho Fundo, de um encontro de diálogo inter-religioso, em que sentamos à mesa Parlamentares, um padre, um líder espírita, um babalorixá representante das religiões de matriz africana, um pastor evangélico. Conseguimos ali fazer uma discussão sobre minorias, sobre direitos humanos e, sobretudo, sobre tolerância, que é do que precisamos hoje, até porque todas as religiões vão pregar sempre o amor e o respeito ao próximo. É nisso que a gente vai se basear e vai pautar nossa conduta, e esperamos que seja também o que será pautado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância, já que estamos falando de tolerância, e boa tarde. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) — A Deputada Arlete Sampaio, que é uma companheira muito bem informada pelas redes sociais, acaba de nos transmitir que o Papa é argentino. É o arcebispo de Buenos Aires, que está adotando o nome de Francisco I. Acho isso muito importante, pois é a primeira vez que sai um Papa do continente latino-americano. Espero que ele, realmente, represente aquela região e o mundo todo. Creio que isso irá animar ainda mais os católicos, enfim, os cristãos do mundo, especialmente os da América Latina.

Quero aproveitar esta questão de ordem para parabenizar o Arcebispo, Cardeal de Buenos Aires, agora Francisco I, o Papa de todos os católicos.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Muito obrigado.

Eu gostaria de avisar, mais uma vez, aos colegas presidentes de comissões, aos Srs. Parlamentares e assessorias que está definida uma votação, a partir da próxima semana, dos projetos dos Deputados. Portanto, é necessário que os Deputados indiquem os projetos a serem votados. É necessário que as assessorias dos Deputados agilizem a sua tramitação junto às comissões, para que, a partir da próxima semana, possamos começar a votar os projetos dos Deputados.

Estão presentes no plenário a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Evandro Garla, o Deputado Benedito Domingos, o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Olair Francisco, o Deputado Dr. Michel, o Deputado Chico Vigilante, a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Prof. Israel Batista e o Deputado Cláudio Abrantes. Portanto,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 03 2013	15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

há 11 Deputados presentes. Sei que há vários Deputados na Casa, alguns estão no cafezinho, outros aqui no plenário. Como vamos dar continuidade aos Comunicados de Parlamentares, solicito que, se houver Parlamentares nos gabinetes, S.Exas. se dirijam ao plenário, pois temos 48 vetos trancando nossa pauta.

Existem alguns vetos que já foram acordados. Se algum Parlamentar, durante este comunicado, aparecer no plenário e elevarmos o *quorum* de 11 para 13, poderemos votar alguns vetos acordados e começar, na próxima semana, a votar o restante. Alguns projetos são do Poder Executivo e dos Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, nobre Parlamentares, imprensa, galeria.

Na segunda-feira, por volta das 15 horas, no Buriti, foi sancionada a lei que regulamentou o FAE — Fundo de Assistência ao Esporte, que colaborará muito com o fomento do esporte no Distrito Federal, principalmente do esporte amador. Para termos uma ideia, esse fundo estava parado há aproximadamente três anos, pois tinha alguns problemas na parte regulamentada e, assim, o Tribunal de Contas pediu que isso fosse sanado. Prontamente a Procuradoria do GDF e a Secretaria de Esporte, o Secretário Júlio Ribeiro e nós, aqui da Casa, com a Frente Parlamentar do Esporte, conseguimos achar e corrigir todas as falhas e o trouxemos a esta Casa.

Eu gostaria de agradecer a todos os Parlamentares o empenho em todas as comissões. Quero também parabenizar o Willemann, que agilizou muito essa questão para que o projeto fosse sancionado pelo Governador. Foi uma festa muito bonita, em que tivemos inúmeros atletas e para-atletas, e foi decidido que haveria grande fiscalização sobre como seria distribuída essa parte do Fundo.

Estou trazendo essa informação à baila por quê? Quanto mais pudermos investir no esporte, melhor, para recuperarmos os nossos jovens, aqueles que já entraram no caminho das drogas, aqueles que estão no caminho da marginalidade. Para isso, são necessárias inúmeras parcerias. O Deputado Agaciel Maia bate nessa tecla constantemente, em relação ao primeiro emprego. Então, tem que ser uma grande parceria.

Hoje haveria uma ação muito especial em um colégio lá em Sobradinho, onde o Deputado Acelino Popó, que é do meu partido, o PRB, faria um bate-papo. S.Exa. já faz isso em vários locais do nosso país, principalmente em Salvador e aqui em Brasília também, quando ele consegue conciliar o tempo. S.Exa. já fez isso aqui, em vários locais. Para se ter uma ideia, nós já fizemos esse bate-papo no Cajé. Eu estava ao lado dele, com mais de quatrocentas crianças participando. Foi muito bom, por sinal. Graças a Deus, um desses adolescentes já saiu do Cajé, começou a praticar esporte porque seguiu o testemunho, a orientação do Popó. Ele já até saiu do caminho da marginalidade. Então, isso trouxe resultado.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 03 2013	15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

Só que, Deputada Arlete Sampaio, espanta-me o que aconteceu hoje em Sobradinho. Não sei por que o nobre Secretário Denilson cancelou essa reunião na escola. Já estava tudo totalmente pronto, preparado; a escola já estava totalmente arrumada para isso, como foi feito em outros colégios. Nobre Presidente, não sei por que o Prof. Denilson, o Secretário Denilson cancelou um evento desses. Eu gostaria de pedir a V.Exa. que, como Líder do Governo nesta Casa, conversasse com o Secretário.

Deputado Prof. Israel Batista, V.Exa., como professor, sabe quantos problemas há em relação à parte do colégio. Quando chega uma pessoa, uma personalidade para dar um testemunho, isso traz resultados. Agora, quando é para parar a aula, a fim de apresentar algum tipo de venda de livro, disso ou daquilo, pode-se parar. Mas quando é para parar por um momento, trinta minutos, a fim de se falar de um projeto da vida de um atleta, de um campeão que está aí hoje, por quê? Qual foi a desculpa?

A desculpa foi que o colégio estava em reforma. Mas a regional de ensino de Sobradinho já havia liberado. Então, por que se proibiu? Será que é alguma coisa referente ao PRB? Será que é algum problema contra o Popó? Será que é algum problema comigo, sendo que estou hoje na base do governo, sendo que o PRB faz base ao governo da Presidenta Dilma? Qual o problema em relação a isso? Não entendi. E até hoje não recebi nenhuma ligação do Secretário Denilson em relação a isso.

Deputada Arlete Sampaio — V.Exa., que é uma pessoa muito preocupada com o Distrito Federal, com as causas sociais, que já foi Secretária e Vice-Governadora também —, eu gostaria de entender por que isso aconteceu hoje, sendo que na segunda-feira o Governador sancionou esse projeto de lei do FAE, para que possamos fomentar o esporte, principalmente para a recuperação de jovens. Há inúmeras ações. O nobre Deputado Wellington Luiz explicitou hoje ações da Polícia Civil. Há ações da Polícia Militar, na parte ostensiva. Agora, na parte da prevenção, na parte da ressocialização, por que o Prof. Denilson, Secretário de Educação, não deixou isso acontecer na escola? É isso que não entendi mesmo.

Para encerrar, ontem um garoto de 14 anos foi baleado na Estrutural. Estava ele trabalhando no Lixão. Já é mais um índice, mais um número. Ele não morreu, está no Hospital de Base. Pergunto de novo: por que o Secretário de Educação proibiu um evento desse, de prevenção, o Bate-Papo com Popó na escola, justamente para mostrar aos adolescentes que ficar longe das drogas é a melhor coisa que há?

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 03 2013	15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA	23	

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Sem revisão do orador.) – Deputado Evandro Garla, não sei se serve como um alento, mas é uma prática do Secretário de Educação fazer isso. Eu mesmo já fui vítima disso. Quando havia uma reunião marcada com S.Exa. e com conselheiros tutelares de Planaltina, S.Exa. simplesmente desmarcava, sem prévio aviso, sem qualquer consideração. É comum ouvirmos que o Secretário Denilson faz isso.

Quero aproveitar a oportunidade para lamentar também a forma como o Secretário de Educação tem nos tratado, como Parlamentares. Eu me somo a V.Exa. neste questionamento: por que esse tipo de ação tem sido promovida pelo Secretário Denilson? Isso tem sido um grande problema. Quando um pedido chega para mim na área da Secretaria de Educação, eu simplesmente lamento e já digo que não consigo atender, porque a Secretaria de Educação realmente tem sido uma grande barreira para todos nós.

Temos de saber se nós Parlamentares temos algum problema. Eu também gostaria de saber.

Muito obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para informar ao Plenário que a totalidade dos Parlamentares desta Casa assinou recentemente a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Faculdade Dulcina. Então, para deixar todos os Srs. Parlamentares informados.

Aqueles que queiram participar, para contribuir de uma forma efetiva, amanhã às 15h, na sede da Secretaria de Governo, haverá uma reunião entre a Secretaria de Governo, a Secretaria de Cultura, o Sr. Secretário de Educação – eu tenho a convicção de que S.Exa. não faltará –, a direção da Faculdade Dulcina e os representantes dos alunos. O convite fica aberto para aqueles Parlamentares que puderem comparecer às 15h na sede da Secretaria de Governo.

Eu já adianto à Casa o motivo da minha ausência amanhã no início da sessão, em razão de eu estar presente acompanhando essa reunião. Também informo que estarão presentes representantes do Parlamento federal, como a Sra. Deputada Federal Erika Kokay e talvez o Sr. Senador da República Rodrigo Rollemberg.

Então, fica aqui o convite, prestando conta para todos os Deputados que assinaram a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Faculdade Dulcina.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Questiono se mais algum Parlamentar deseja fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		24

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Sras. e Srs. Deputados, todos os presentes, hoje eu fui visitar a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e vi que a situação é de grande comoção pública. Estavam presentes outros Parlamentares desta Casa.

Há uma movimentação muito grande, tanto contrária quanto a favor da permanência do Deputado Federal Marco Feliciano à frente da Presidência daquela comissão. Essa mobilização da sociedade brasileira demonstra que é preciso amadurecer o debate sobre a questão das liberdades individuais no nosso país. O nosso país tem uma economia muito forte, uma sociedade em franca evolução, que tem ingressado no mercado de consumo mundial de maneira muito agressiva. A nossa sociedade está mudando muito rapidamente, precisamos nos entender com essas mudanças.

A nossa Presidente da República é uma mulher divorciada. Temos mulheres em espaços de poder. Estamos fazendo mudanças profundas na nossa sociedade, e essas mudanças vão acontecer a despeito do pensamento conservador, porque elas são inevitáveis. Há apenas vinte anos uma mulher divorciada jamais poderia ser Presidente do Brasil, e hoje isso é possível.

Então, muito se reclama do avanço dos direitos das minorias, dos que são tradicionalmente oprimidos, excluídos, mas na prática esse é um avanço natural, a modernização da sociedade brasileira vai permitindo que isso aconteça. Isso é bom porque é inclusivo. Em vez de pensarmos na família num modelo apenas tradicional – e aí excluímos desse conceito de família qualquer pessoa que não tenha nascido no seio de uma família formada por papai, mamãe e filhinhos –, nós fazemos uma ação de inclusão social ao dizer que existem outras formas de providenciar o amor familiar. Existem famílias com vovó e netinhos. Existem famílias com titio, titia e sobrinhos. Essa é a família nova que está surgindo no nosso país.

Quando a gente fala dessa comoção sobre a ida do Deputado Feliciano, não é uma agressão aos evangélicos, de modo algum. Pelo contrário: é na verdade – o Deputado Evandro Garla me chamava atenção para esse tema – uma necessidade de se discutir essas formas arraigadas no nosso pensamento.

Quando eu cito, por exemplo, Deputado Evandro Garla, a questão da ligação que se tem entre pobreza e África, entre o diabo e as religiões afro-brasileiras, isso é uma construção histórica muito cruel no nosso país, que se iniciou nos séculos da colonização com os cristãos portugueses, que eram os povos dominantes da nossa sociedade. Então, tudo que era africano era ligado ao mal. Quando você entende que a África é pobre por motivos econômicos, a religião hoje praticada pelos povos nativos africanos – que não são nem islâmicos nem cristãos – é a mesma religião dos antigos romanos, e eles eram ricos e poderosos, a gente tem clareza de que a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		25

pobreza da África não é espiritual. Dizer isso significa desonerar o mundo de suas responsabilidades sobre a África.

Esse é um debate muito sério, um debate que está na academia. É um debate importante. Você não pode atribuir isso aos espíritos, mas é uma dívida externa que chicoteia os países africanos. É uma dominação pelas armas, pelo interesse nos metais preciosos, nas pedras preciosas. Aquela Comissão de Direitos Humanos e Minorias reverbera o pensamento do povo brasileiro. Nós não podemos permitir que pensamentos tão retrógrados sejam confundidos com o pensamento do nosso país. É essa a nossa crítica. Então, nós estamos vivendo num mundo em que a evolução da sociedade vai permitir que as minorias se representem.

O senhor nos coloca muito corretamente que os evangélicos são minoria. Eu tenho um tio-avô que foi assassinado no Nordeste por pregar o Evangelho. Eu era presbiteriano, venho de uma família evangélica, entendo todo o sofrimento que passei quando criança na escola como evangélico, no interior do Estado de Goiás, que era católico. Mas havemos de convir que houve uma evolução pela participação política.

O que nós precisamos, Deputado Evandro Garla, é impedir que de perseguidos passemos a perseguidores, como é a história do cristianismo. Nós devemos nos lembrar de que durante muitos séculos os cristãos na antiga Roma foram perseguidos, mas depois do Édito de Tessalônica, que oficializa o cristianismo no fim do século IV, os cristãos passaram a perseguidores. Tanto quanto eram queimados antes, passaram a queimar. É isso que precisamos impedir.

O Brasil é um país multiétnico, multisssexual, multicultural, de brancos, pretos, azuis e roxos. O Brasil é um país plural. Aqui cabem todos, negros, brancos, gays, heterossexuais. É essa a nossa luta. Porque quando nós descobriremos a importância da nossa diversidade, que nós apontamos para o futuro, que nós somos o futuro do mundo e essa mistura é o futuro do planeta, nós seremos fortes. Nós somente seremos fortes quando nós nos assumirmos assim.

Então, é por isso que me preocupa quando nós deixamos reverberar posições que estão anacrônicas, que estão ultrapassadas na sociedade, que precisam ser vencidas pelo bem do progresso nacional. Esse é um debate importante. Eu concordo plenamente, Deputado Evandro Garla. O senhor sabe do respeito que eu tenho. Exceder-se no protesto, impedir que as sessões aconteçam, invadir igrejas, isso é absolutamente inaceitável. Nós precisamos refletir sobre o que está gerando uma comoção desse tamanho. Precisamos refletir com muita sinceridade sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		26

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no momento em que eu fiz um aparte ao pronunciamento do Deputado Cláudio Abrantes e do Deputado Prof. Israel Batista, eu me esqueci de citar uma informação.

Aqui na Casa, na legislatura passada, tivemos o Bispo Renato Andrade como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar; e também o Deputado Aguinaldo de Jesus, pastor evangélico, que também foi presidente desta comissão. Nesta mesma comissão, estava a Deputada Erika Kokay, que hoje também faz parte, na Câmara dos Deputados, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. No período em que estiveram aqui, os dois evangélicos, um bispo e o outro pastor, em nenhum momento houve nenhum tipo de perseguição, nenhum tipo de problema. Ocorreram todas as reuniões na paz e na harmonia aqui nesta Casa em relação a esses temas.

É só isso que eu queria trazer à baila. Isso é possível, sim. Se aqui na Casa, na legislatura passada, isso aconteceu, por que também não pode acontecer na Câmara dos Deputados?

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Evandro Garla disse que houve um bispo e, depois, um pastor. Agora tem um delegado na direção da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e nem por isso nós vamos perseguir as minorias. Vamos fazer justiça e dar a César o que é de César. Se houver realmente injustiça e se alguém necessitar da defesa dos direitos humanos, estaremos aqui para atendê-los. Podem ter certeza disso e podem contar conosco lá na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, pois estaremos lá para fazermos o que é o papel daquela comissão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a participação do Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. poderia fazer uma verificação de *quorum*?

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Responderei em seguida, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
13 03 2013		15h	15ª SESSÃO ORDINÁRIA		27

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, pedi a palavra apenas para lembrar que durante esta semana há duas belíssimas exposições aqui. Uma delas é da artista plástica Núbia Siqueira, que dedicou suas peças à valorização da mulher. Então, eu convido toda a Câmara Legislativa, as funcionárias, para que no decorrer do dia, até sexta-feira, possam descer e visitar, para conhecer um pouco dessas belas artes que estão colocadas no *foyer* da Câmara Legislativa.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Constatando que não há *quorum* no plenário, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h43min.)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 16ª
(DÉCIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 14 DE MARÇO DE 2013**

SÚMULA**PRESIDÊNCIA:** Deputado Agaciel Maia**SECRETARIA:** Deputados Evandro Garla e Arlete Sampaio.**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal**INÍCIO:** 15 horas e 5 minutos**TÉRMINO:** 15 horas e 41 minutos**PRESENÇA** – Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|---|---------------------------------------|
| • Deputado Agaciel Maia – PTC | • Deputado Evandro Garla – PRB |
| • Deputada Arlete Sampaio – PT | • Deputado Joe Valle – PSB |
| • Deputado Benedito Domingos – PP | • Deputada Liliâne Roriz – PSD |
| • Deputada Celina Leão – PSD | • Deputada Luzia de Paula – PEN |
| • Deputado Chico Leite – PT | • Deputado Prof. Israel Batista – PEN |
| • Deputado Chico Vigilante – PT | • Deputado Robério Negreiros – PMDB |
| • Deputado Cláudio Abrantes – sem partido | • Deputado Rôney Nemer – PMDB |
| • Deputado Dr. Michel – PEN | • Deputado Washington Mesquita – PSD |
| • Deputada Eliana Pedrosa – PSD | |

Obs.: O Deputado Raad Massouh – PPL solicitou licença parlamentar por intermédio do Memorando nº 20/2013-GDRM, lido na 12ª Sessão Ordinária, de 6/3/2013.

Os Deputados Aylton Gomes – PR e Wasny de Roure – PT encontram-se licenciados, de acordo com o AMD nº 19/2013.

ATA SUCINTA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE MARÇO DE 2013

Revisora: Supervisora: Chefe do Setor: (L/SR/A/G)



2

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**1 ABERTURA**

Presidente (Deputado Agaciel Maia):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovadas, sem observações, as Atas da 14ª Sessão Ordinária e da 3ª Sessão Extraordinária.

1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE

- **Mensagem nº 65, de 2013**, do Governador do Distrito Federal.
- **Mensagem nº 67, de 2013**, do Governador do Distrito Federal.
- **Mensagem nº 76, de 2013**, do Governador do Distrito Federal.
- **Mensagem nº 77, de 2013**, do Governador do Distrito Federal.
- **Mensagem nº 78, de 2013**, do Governador do Distrito Federal, que dá origem ao **Processo nº 37, de 2013**.
- **Projeto de Lei nº 1.397, de 2013**, de autoria do Deputado Agaciel Maia.
- **Projeto de Lei nº 1.398, de 2013**, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2013**, de autoria da CEOF.
- **Indicações nºs 10.020 a 10.026, de 2013**, de autoria da Deputada Arlete Sampaio.
- **Indicação nº 10.027, de 2013**, de autoria do Deputado Agaciel Maia.
- **Requerimento nº 2.207, de 2013**, do Deputado Agaciel Maia.
- **Requerimento nº 2.208, de 2013**, do Deputado Cláudio Abrantes.
- **Requerimento nº 2.209, de 2013**, da Deputada Eliana Pedrosa.

Obs.: O expediente lido está anexo à ata.

2 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Agaciel Maia):

- Informa que, a pedido do Deputado Chico Vigilante, foi cancelada a Comissão Geral de hoje, destinada a discutir problemas e soluções do Parque Ecológico da Ceilândia.
- Comunica que, no próximo domingo, às 8 horas, no estacionamento do Estádio do Bezerrão, ocorrerá a Caminhada da Paz, promovida pelo *Rotary Club* do Gama.
- Homenageia o jornal *O Coletivo* por ocasião de seu 12º aniversário.
- Convoca o Colégio de Líderes para reunião, na próxima terça-feira, dia 20, às 14h30min, para definição das matérias da Ordem do Dia.

ATA SUCINTA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE MARÇO DE 2013

Revisora: Deputada Supervisora: Selo Chefe do Setor: Alcides (L/SR/A/G)



3

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**3 ENCERRAMENTO**

Presidente (Deputado Agaciel Maia):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a) _____

**Expediente lido na 16ª Sessão Ordinária,
em 14 de março de 2013**

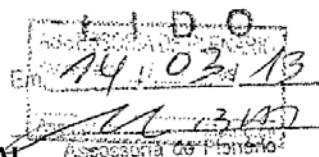
ATA SUCINTA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE MARÇO DE 2013

Revisora: B. Duarte Supervisora: S. Pa Chefe do Setor: [assinatura] (L/SR/A/G)

> SETAS - 000004 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

**MENSAGEM**Nº 65 /2013-GAG

Brasília, 8 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal **vetei o Projeto de Lei nº 183/2011** que altera o art. 23 da Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, que complementa dispositivos do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo no Distrito Federal – PRÓ-DF II, aprovado pela Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências.

MOTIVOS DE VETO

O Projeto de Lei ora vetado pretende passar de semestral para trimestral a periodicidade de envio à Câmara Legislativa do relatório elaborado pelo Coordenador Executivo do Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo – PRÓ-DF II. Os dados a serem enviados, embora contidos no texto do Projeto de Lei, são os mesmos já vigentes.

Portanto, a Lei não traz inovação em relação aos dados vigentes, mas majora em muito os esforços necessários à produção de relatórios, onerando e burocratizando a Administração Pública, o que compromete a própria execução do Pró-DF II em razão da utilização da força de trabalho de gestores para a elaboração desses relatórios em períodos de tempo tão curtos.

A Sua Excelência o Senhor

DEPUTADO WASNY DE ROURE

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA

RECEBUE DE 2013/03/08 15:47

> SETAS - 000005 <

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

No entender do Poder Executivo, as modificações ocorridas no Programa não justificam a alteração da periodicidade de produção do referido relatório.

As demais modificações, consubstanciadas na previsão de disponibilização do Relatório na *internet* e de sua distribuição em gabinetes parlamentares, não justificam isoladamente a edição de lei. A Lei de Acesso à Informação e do Regimento Interno da Câmara Legislativa parecem-me suficientes para o alcance dos objetivos pretendidos.

Por essas razões, apus o **veto total** ao **Projeto de Lei nº 183/2011** e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,


AGNELO QUEIROZ
Governador



> SETAB - 000006 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(Autoria do Projeto: Deputada Eliana Pedrosa)

*Info Total
Assinatura*

Altera o art. 23 da Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, que complementa dispositivos do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo no Distrito Federal – PRÓ-DF II, aprovado pela Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23. O Coordenador Executivo do Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo – PRÓ-DF II encaminhará à Câmara Legislativa do Distrito Federal, trimestralmente, até o dia 15 do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre, relatório consubstanciado, contendo:

I – relação dos empreendimentos implantados, relocizados, expandidos, modernizados e reativados no âmbito do PRÓ-DF II, especificados por ramo de atividade produtiva;

II – nome dos sócios dos empreendimentos implantados, relocizados, expandidos, modernizados e reativados no âmbito do PRÓ-DF II;

III – dados relativos à geração e à manutenção de empregos em cada empreendimento;

IV – descrição individualizada dos benefícios fiscais, econômicos, creditícios e de infraestrutura concedidos a cada empreendimento.

§ 1º O relatório consubstanciado de que trata o *caput* deve ser disponibilizado na internet.

§ 2º A Câmara Legislativa do Distrito Federal providenciará a distribuição do relatório aos gabinetes parlamentares no prazo máximo de cinco dias de seu recebimento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013


Deputado WASNY DE ROURE
Presidente

> SETAS - 000007 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LIBRO
ASISTENTE DE LABORATORIO
En: 14/03/13
12/13/13
Asistente de Laboratorio

MENSAGEM

Nº 67 /2013-GAG

Brasília, 8 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **vetei o Projeto de Lei nº 626/2011**, que *estabelece comunicações eletrônicas obrigatórias aos consumidores por parte de prestadores de serviços públicos no Distrito Federal e dá outras providências*.

MOTIVOS DE VETO

As concessionárias de água e energia do Distrito Federal já vêm adotando medidas para informar a população sobre interrupções programadas no fornecimento dos serviços, utilizando-se principalmente dos meios de comunicação de massa.

A personalização da comunicação apenas aos interessados com telefones e e-mails eventualmente cadastrados nas concessionárias pode não ser eficaz e onerar sobremaneira os custos operacionais, o que poderia representar modificações nas tarifas, em prejuízo aos usuários.

Além disso, no art. 5º do Projeto de Lei ora vetado, há vinculações de multas ao valor do salário-mínimo, o que é expressamente vedado pela Constituição Federal (art. 7º, IV).

A Sua Excelência o Senhor

DEPUTADO WASNY DE ROURE

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA

~~CONFIDENTIAL~~ 13/08/2013 15:47

> SETAS - 000002 <

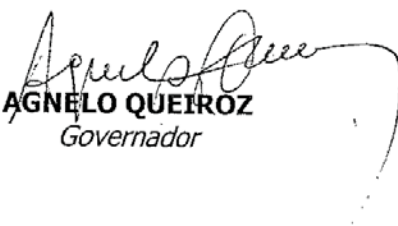


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Por essas razões, após o **veto total** ao **Projeto de Lei nº 626/2011**, e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,


AGNELO QUEIROZ
Governador



> SETAS - 000009 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(Autoria do Projeto: Deputado Agaciel Maia)

Estabelece comunicações eletrônicas obrigatórias aos consumidores por parte de prestadores de serviços públicos no Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Esta Lei regula a forma de comunicação entre as prestadoras de serviços públicos no âmbito do Distrito Federal e os consumidores.

Art. 2º Sujeitam-se a esta Lei as empresas de telecomunicação, transmissão de dados, distribuição de água, energia, bem como as demais prestadoras de serviços públicos locais.

Art. 3º São direitos do consumidor, sem excluir outros, oriundos dos princípios gerais pertinentes da Constituição e previstos em legislação esparsa:

I – ser avisado, por meio de correio eletrônico ou Serviço de Mensagens Curtas de aparelhos celulares, sempre que houver programação de suspensão de serviço, ainda que parcial, por qualquer razão previsível, com pelo menos dois dias úteis de antecedência, especificando-se a causa e o tempo da suspensão;

II – ser comunicado, inclusive pelo modo previsto no inciso I e com igual antecedência, sobre atraso ou falta de pagamento da conta, com o mesmo prazo do inciso I para sanar o débito antes do corte do serviço, o qual será contado após o vencimento da fatura;

III – mediante os mesmos modos e prazos do inciso I, ser avisado do corte do serviço, com dois dias úteis de antecedência, qualquer que seja a causa, inclusive por falta de pagamento;

IV – não ser importunado com mensagens eletrônicas ou de voz veiculando publicidade de quaisquer serviços ou publicidade de terceiros, por meio de seu telefone celular, sem que tenha havido prévia e explícita autorização nesse sentido por escrito, assinada pelo consumidor em contrato à parte e específico para esse fim;

V – receber a conta de telefonia fixa e de celular por correio eletrônico, concomitantemente à conta enviada pelo correio.

§ 1º As empresas responsáveis pela transmissão de dados proverão o consumidor com informações claras e exatas sobre a velocidade de transmissão de dados efetiva, bem como com a forma de medição e o abatimento proporcional e automático do preço pago em caso de redução da velocidade e do tempo do serviço prestado.

§ 2º A empresa estará desobrigada do aviso via correio eletrônico ou mensagem de celular quando o consumidor não dispuser de conta de endereço eletrônico ou telefone celular.

Art. 4º Quaisquer comunicações ao consumidor por aparelho celular, inclusive aquelas previstas no artigo 3º, serão feitas unicamente entre as nove e as vinte horas.

Art. 5º A falta das prestadoras de serviços públicos no cumprimento de



> SETAS - 000010 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

quaisquer das obrigações estabelecidas nos arts. 3º e 4º implicará:

I – retorno imediato e automático do serviço prestado, sempre que inexistente a comunicação na forma prevista no art. 3º;

II – pagamento de multa no valor de um terço de salário mínimo, a ser descontado dos serviços cobrados pela empresa, após reclamação do consumidor junto a ela;

III – pagamento de multa de um salário mínimo pelo descumprimento das obrigações previstas nos incisos I ou II;

IV – em caso de redução da velocidade ou suspensão do serviço de internet, a empresa que não proporcionar a devolução automática dos valores cobrados se sujeitará a multa de um terço do salário mínimo.

Art. 6º As empresas responsáveis pelo fornecimento de serviço de internet fixarão forma de gravação e controle da velocidade média disponível para o consumidor, para que este possa pedir o abatimento proporcional do preço ao final de cada mês, por meio da própria página da empresa na internet.

Art. 7º As mensagens via internet de que cuida esta Lei conterão assinatura eletrônica destinada a evitar o envio de correspondências fraudulentas ao consumidor.

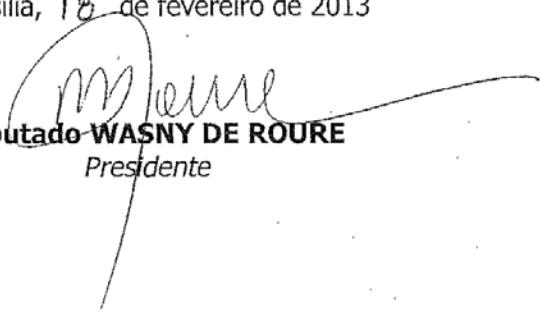
Art. 8º A prestação de cada serviço vinculado ao contrato principal e sua cobrança serão contratados por escrito com o consumidor e implicarão na devolução em dobro do valor cobrado por serviço não contratado, sem prejuízo da multa de um salário mínimo.

Art. 9º Aplicar-se-ão os prazos desta Lei salvo se prazo mais benéfico ao consumidor figurar em outra norma reguladora ou no contrato, caso em que este será obrigatoriamente observado, o mesmo valendo para os valores das multas aplicadas às empresas prestadoras de serviços públicos.

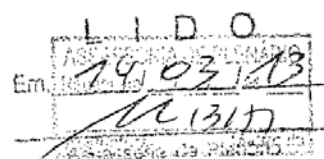
Art. 10. Esta Lei entra em vigor noventa dias após ser publicada.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013


Deputado WASNY DE ROURE
Presidente

> SETAS - 000011 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 076 /2013-GAG

Brasília, 11 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 586/2011**, que *disciplina os procedimentos para a realização de audiências públicas relativas à apreciação de matérias urbanísticas e ambientais no Distrito Federal e dá outras providências*.

MOTIVOS DE VETO

O veto incidiu sobre os arts. 1º, 4º, 6º e 9º e sobre os §§ 1º e 2º do art. 5º, por não estarem em conformidade com o disciplinamento vigente em normas de hierarquia superior ou por serem contrários ao interesse público.

Em relação ao art. 1º, o Projeto de Lei amplia as hipóteses em que é obrigatória a realização de audiência pública, estendendo-as para a quase totalidade dos casos em que haja modificação ou impacto no meio ambiente, em matéria fundiária, e no uso e ocupação do solo urbano e rural. Em parte dessas matérias, em razão da ausência de impacto significativo na comunidade, não há necessidade de audiência pública, pois são ajustes feitos pelos próprios órgãos do Governo (LC 803/2009, art. 43). Além disso, os casos em que é obrigatória a realização de audiência pública já estão previstos na Lei Complementar nº 803/2009 (art. 211).

A Sua Excelência o Senhor

DEPUTADO WASNY DE ROURE

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
13/03/2013 17:13
LDO

> SETAS - 000012 <

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Caso seja necessário incluir novas hipóteses de audiências públicas, a alteração deve ocorrer em lei complementar de iniciativa do Poder Executivo, já que a matéria encontra-se disciplinada no PDOT.

No inciso I do art. 1º, inclusive, a disposição não está de acordo com o art. 321, parágrafo único, da Lei Orgânica, pois este exige participação popular, que é instrumento mais amplo do que a audiência pública (LC 803, /2009, art. 148, IV). Ao mesmo tempo, o inciso manda que haja audiência pública apenas nos casos de elaboração, alteração e revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, dos Planos de Desenvolvimento Local, do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, mas a LODF manda que haja participação popular também em outras fases, como aprovação, implementação e avaliação desses instrumentos de planejamento urbano.

Em relação ao estudo de impacto de vizinhança, o PDOT (art. 206, II), remete a matéria de audiência pública para a própria legislação específica, que, por sua vez, encontra-se disciplinada na Lei nº 5.022, de 4/2/2013.

No art. 4º, há problemas de técnica legislativa, uma vez que o *caput* direciona a norma para “população diretamente afetada” e o § 1º define “população interessada”, o que pode tornar controverso o atendimento ou não dos objetivos da audiência pública. O conceito de interesse público, por sua vez, traz elementos não aferíveis objetivamente, o que também pode resultar em controvérsias sobre o seu alcance. E o § 2º traz conteúdo diverso do contido no *caput* do artigo. É na audiência pública que parte daquele conteúdo deve ser verificado.

Quanto ao art. 4º, há de se registrar também que da leitura conjunta de seu *caput* e do inciso I se extrai a ideia de que é condição para aprovação das proposições a oitiva representativa da população interessada e não apenas a realização da audiência pública. Ocorre que a participação da população interessada é estritamente voluntária e não se pode exigir objetivamente que a população interessada seja ouvida, pois levaria ao retardamento do andamento das demandas de interesse geral nos casos em que a realização da audiência ocorra sem populares presentes ou que o comparecimento seja muito baixo a ponto de descaracterizar o atendimento do requisito material da oitiva.

Já o veto sobre o § 1º do art. 5º decorre do fato de estar disciplinado de forma diversa do contido no art. 211, § 1º, da LC 803/2009. Uma lei ordinária não pode alterar, ainda que tacitamente, uma lei complementar (LC 13/1996, art. 98). O § 2º do art. 5º é dependente do § 1º do mesmo artigo.

O art. 6º, por sua vez, contradiz o *caput* do art. 5º. A forma de acesso aos documentos deve, de fato, ser aquela indicada no instrumento de convocação, que pode ser a internet ou em meio físico, dependendo das condições operacionais do órgão ou entidade responsável pela audiência pública.

Em relação ao art. 9º, a introdução da ideia de “deliberações” na audiência pública contradiz a própria gênese da audiência, pois nela não ocorrem deliberações.

> SETAS - 000013 <



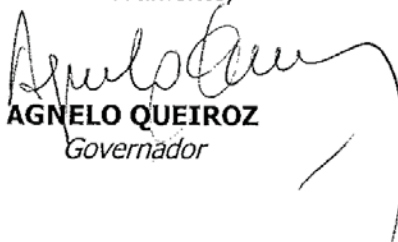
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

O veto, porém, não prejudica o objetivo da disposição, pois as audiências públicas já são, atualmente, registradas em ata e publicadas no Diário Oficial.

Por essas razões, apus o **veto parcial** ao **Projeto de Lei nº 586/2011** e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,


AGNELO QUEIROZ
Governador

> SETAS - 000014 <

LEI Nº 5084 DE 11 DE MARÇO DE 2013.
(Autoria do Projeto: Deputado Chico Leite)

Disciplina os procedimentos para a realização de audiências públicas relativas à apreciação de matérias urbanísticas e ambientais no Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º (VETADO).

Art. 2º A audiência pública tem por finalidade dar publicidade à matéria a ser apreciada e fornecer dados técnicos da proposta, assim como colher propostas e contribuições da população envolvida.

Art. 3º Audiência pública será obrigatoriamente promovida pelo Poder Executivo para os projetos de sua iniciativa, sendo facultada a promoção de audiência pública complementar pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. A Câmara Legislativa do Distrito Federal realizará audiência pública sobre os temas pautados na legislação federal e na distrital e nos casos previstos no seu Regimento Interno.

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º A convocação para a audiência pública será feita por meio de ato específico, que definirá o tema a ser discutido, os meios de acesso ao material técnico complementar, o local, a data e o horário da sua realização.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

Art. 6º (VETADO).

Art. 7º O órgão responsável pela audiência pública coordenará a sua realização e estabelecerá o regulamento simplificado, que deverá ser disponibilizado na internet junto com o edital de convocação.

Art. 8º Em função da área de abrangência, da complexidade dos temas, dos impactos previstos, da localização geográfica dos interessados e de outras variáveis, a audiência poderá ser realizada de forma setorial ou regional.

Parágrafo único. A audiência pública deverá ser realizada preferencialmente na Região Administrativa da população interessada, no período noturno ou nos fins de semana.

Art. 9º (VETADO).

Art. 10. A ata da audiência pública, seus registros e seus anexos servirão de base para análise da proposição a ser apreciada.

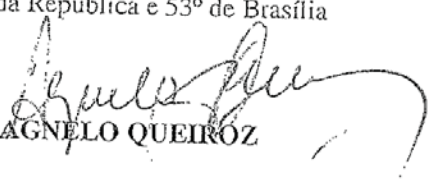
Art. 11. A gestão democrática deve ser exercida, ainda, nas hipóteses previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal e na Lei federal nº 10.257, de 2001, por meio de debates, consultas públicas e conferências, aplicando-se os critérios fixados nesta Lei.

> SETAS - 000015 <

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de março de 2013
125º da República e 53º de Brasília


AGNELO QUEIROZ

> SETAS - 000016 <

L I D O
Em 14.03.13
15m
Assessoria de Planejamento e Distrital

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 77 /2013-GAG

Brasília, 11 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **vetei o Projeto de Lei nº 676/2011**, que *dispõe sobre a parada obrigatória do transporte individual de passageiros - táxi nas barreiras e nos postos policiais instalados nas rodovias do Distrito Federal, a partir das 20 horas.*

MOTIVOS DE VETO

Embora louvável a iniciativa parlamentar, a matéria relaciona-se com as atribuições dos órgãos e entidades do Poder Executivo, a quem cabem conduzir a política de segurança pública do Distrito Federal.

Nesse sentido, a análise do órgão central de segurança é de que a medida, embora já adotada no passado, não parece ser a mais eficaz para o taxista e respectivos passageiros.

Do ponto de vista jurídico, apesar dos vários aspectos que a questão envolve, a matéria relaciona-se com trânsito e transporte, cuja competência para legislar é privativa da União.

A Sua Excelência o Senhor

DEPUTADO WASNY DE ROURE

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA

ASSASSINADA DE PLANEJAMENTO E DISTRITO. 13/MAR/2013 17:34

dau

> SETAS - 000017 <

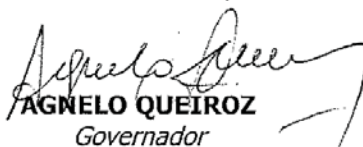


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Por essas razões, apus o **veto total** ao **Projeto de Lei nº 676/2011** e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,


AGNELO QUEIROZ
Governador



> SETAS - 000018 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(Autoria do Projeto: Deputado Rôney Nemer)

Dispõe sobre a parada obrigatória do transporte individual de passageiros - táxi nas barreiras e nos postos policiais instalados nas rodovias do Distrito Federal, a partir das 20 horas.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º O transporte individual de passageiros - táxi fica obrigado a parar nas barreiras e nos postos policiais instalados nas rodovias do Distrito Federal, a partir das 20 horas.

Art. 2º Por ocasião da parada, serão identificados o motorista e os passageiros e serão colhidas informações referentes ao destino da corrida.

Art. 3º O disposto nesta Lei não impede a fiscalização prevista no Código de Trânsito Brasileiro e nas demais legislações vigentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013


Deputado WASNY DE ROURE
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

> SETAS - 000020 <

MENSAGEM Nº 01/2013-GP

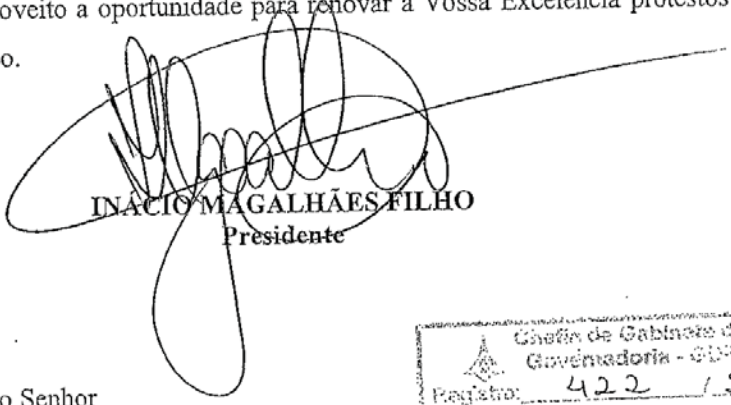
Brasília, 18 de fevereiro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Governador,

Tenho a elevada honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de encaminhar o nome do Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, para a vaga de Conselheiro deste Tribunal, decorrente da aposentadoria da Conselheira MARLI VINHADELI, na forma do disposto no art. 4º, inciso X, do Regimento Interno, no art. 82, § 2º, item I, da LODF, e no art. 70, item I, da LC/DF nº 1, DE 9-5-1994, em atendimento à Decisão Administrativa nº 3, de 5 de fevereiro de 2013, nos autos do Processo nº 30.828/2012, que segue anexo por cópia.

Impende assinalar, outrossim, que o indicado Doutor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, atualmente, é o único Auditor da Casa, o qual foi convocado para substituir titular afastado, e já vem exercendo o cargo de Conselheiro desde 15-12-2009.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos do meu elevado apreço.



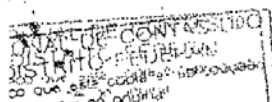
INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Presidente

A sua Excelência o Senhor
Doutor AGNELO QUEIROZ FILHO
Digníssimo Governador do Distrito Federal
Brasília (DF)

Chefe de Gabinete da Governadoria - CGP	
Registro:	422 / 2013
Recebido em:	18 / 02 / 2013
Horário:	17:59 h
Por:	
Assinatura nº 24.8854	

> SETAS - 000021 <

DOC. 1



08 FEB. 2013

CURRICULUM VITAE

João Alves da Silva
Auxiliar de Administração Pública
Matrícula: 1044-8

DADOS PESSOAIS

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, brasileiro, natural de CACONDE-SP, nascido em 1º de dezembro de 1946, portador da CI/RG nº 141.960/SEP-DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.259.601-34. Residente e domiciliado em Brasília-DF desde 12 de fevereiro de 1960, no SMPW Quadra 11, Conjunto 3, Casa 5, telefone 3338-7171. Filho de CÍCERO MILTON MARTINS DE OLIVEIRA (já falecido) e HILDA DE PAIVA MARTINS DE OLIVEIRA. Casado com a Srª. LUCIMAR RUBEN DE MACÊDO MARTINS, brasileira, Advogada (OAB-DF nº 1532), com quem tem 4 (quatro) filhos: Roberta, Renata, Patrícia e Luís Guilherme Macedo Martins.

DADOS FUNCIONAIS

- AUDITOR (Conselheiro-Substituto) do Tribunal de Contas do Distrito Federal desde junho de 1991, após haver obtido aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos.
- ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO (por Concurso Público) do Tribunal de Contas da União de janeiro de 1973 a junho de 1991. Tendo exercido, entre outros, os cargos em comissão de Secretário de Planejamento, Secretário-Geral da Presidência do Tribunal e Assessor de vários Ministros (Mário Pacini, Jorge Vargas e Paulo Afonso Martins de Oliveira).
- AUXILIAR JUDICIÁRIO (por Concurso Público) do então Tribunal Federal de Recursos (hoje STJ) de 1970 a janeiro de 1973, onde exerceu várias funções gratificadas, inclusive a de Chefe da Seção de Administração Financeira e Precatórios Judiciais.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Bacharel em Ciências Econômicas pela UNB (1968/1971).
- Bacharel em Ciências Jurídicas pela AEUDF com habilitação em Direito Público (1989/1992).
- Pós-graduado em Planejamento Governamental pelo CENDEC/SEPLAN/PR (1972/1973 - inconcluso)
- Pós-graduado em Administração Pública pela EBAP-FGV (1980/1982).

> SETAS - 000022 <



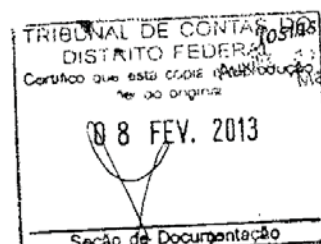
- Estagiário do VIII Ciclo de Estudos da ADESG/DF (1979)
- Estagiário da ESG-RJ em maio/1984.
- Curso de "Auditoria Operacional Prática" (100 h/a) pela FADI/ILACIF, na Universidade de Salta-Arg. (junho/julho de 1983).
- Participou de vários Seminários ligados à área pública (como ouvinte e como palestrante) destacando-se os Seminários Internacionais "O ESTADO E O PLANEJAMENTO: "GERÊNCIA DO TALENTO E DA INOVAÇÃO" (9 e 10.6.1986), e "SONHOS E REALIDADES" (16 a 18.9.1986) ambos patrocinados pelo CENDEC/IPEA e BACEN.
- "CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA MEMBRO DE CONSELHOS FISCAIS DE EMPRESAS ESTATAIS" realizado pela FUNCEP, em convênio com o (então) MIC, de 28.6 a 31.8.83, as conclusões desse curso deram origem ao Decreto nº 93.216/86 e às IN-STN nº 006/87 e IN-SEST/STN nº 001/87, disciplinadores da atividade de Conselheiro Fiscal de empresas estatais.

TRABALHOS PRODUZIDOS EM FUNÇÃO DE CARGOS OU ENCARGOS NO TCU (1973/1991)

- "O Tribunal de Contas da União e a nova sistemática de controle inaugurada com a Constituição de 1967" (1981).
- "A Política de Descentralização da Administração Pública, a nível federal, sob a ótica das Empresas Estatais" (1981).
- "Tesouro Nacional: A Caixa Única e a Dívida Mobiliária Federal" (1982).
- "Tribunal de Contas da União: Sistema de Informações Gerenciais – Estudo Descritivo/Informativo" (1982).
- "O Planejamento e o Orçamento no Tribunal de Contas da União" (1982).

NOTA: Os títulos acima são Monografias produzidas para a obtenção do grau de **Especialista** em Administração Pública no Curso de Pós-Graduação da EBAP/FGV, acima referido.

- "A Energia para afirmação de Brasília como Distrito Federal" (Rev. "Segurança e Desenvolvimento", ano XXIX, nº 180, ESG, 1980).
- "Estratégias para o aperfeiçoamento do federalismo no Brasil". Ciclo de extensão da ESG/RJ (1984).



> SETAS - 000023 <



- "A contratação pública com financiamento externo e seu controle, no Brasil", Reunião de Controladores e Membros de Tribunais de Contas, março de 1988, Quito-Ecuador.

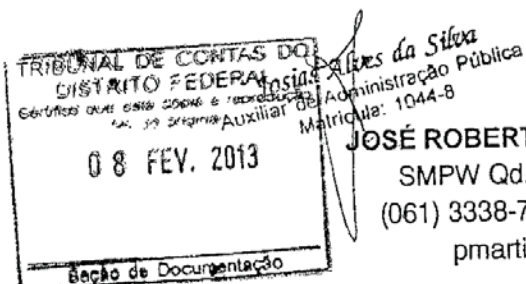
MAGISTÉRIO

- Professor de TEORIA ECONÔMICA, INTRODUÇÃO À ECONOMIA e TEORIA DO PLANEJAMENTO, da UPIS (de 1976 a 1989).
- Professor (cadastrado) de PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL e ANÁLISE ORGANIZACIONAL (FUNCEP/SEDAP), na área federal.
- Professor (cadastrado) e examinador de concursos na área de ECONOMIA da CODERSEL/SEDAP, na área federal.
- Vice-Diretor da FACEAS – Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais da UPIS (1986/1989).

CONDECORAÇÕES

- Cidadão Honorário de Brasília (indicação do Sr. Deputado WASHINGTON MESQUITA. Out/2011)
- Diploma e Medalha Imperador Dom Pedro II – grau "OFICIAL" (jul/2005)
- Ordem do Mérito de Brasília – grau "COMENDADOR" (1992).
- Diploma e Medalha comemorativa do 100º Aniversário de Fundação do TCU (1983).
- Diploma e Placa de Prata de "Benemérito" da Liga de Defesa Nacional (Diretório Nacional).
- Diploma e Medalha "Mérito Cívico" da LDN, Diretório do Distrito Federal.
- Diploma e Medalha de PIONEIRO do Clube dos Pioneiros de Brasília.

Brasília, 12 de dezembro de 2012.



Paulo da Silva
JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
SMPW Qd. 11, Conj. 3, Casa 5
(061) 3338-7171/ (061) 9972-8061
pmartins@tc.df.gov.br

> SETAS - 000024 <



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DAS SESSÕES

Doc. 2



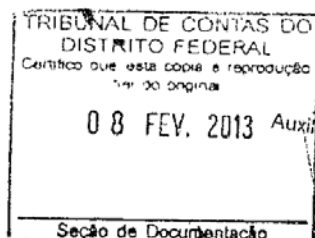
CERTIDÃO

Certifico, a pedido da parte interessada e à vista das Atas das Sessões do Tribunal, arquivadas nesta Secretaria das Sessões, que o Auditor (substituto de Conselheiro) JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, Matrícula 291-7, empossado em 20/06/1991, desde sua posse, até esta data, registra 3.294 dias de efetiva substituição como Conselheiro, conforme quadro sintético anexo.

Por ser verdade, certifico e dou fé.

Secretaria das Sessões, 10 de dezembro de 2012.

OLAVO MEDINA
Secretário das Sessões do TCDF



Josias Alves da Silva
Auxiliar de Administração Pública
Matrícula: 1044-8

> SETAS - 000025 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL***Gabinete do Deputado Agaciel Maia***PROJETO DE LEI Nº** **PL 1397 /2013****(Do Sr. Deputado AGACIEL MAIA)**

L I D O
Em, 14/03/13
Assessoria de Planário

“Dispõe sobre reabertura de novo prazo previsto no parágrafo único do art. 9º da Lei nº 4.149, de 2 de junho de 2008, que “dispõe sobre quitação e descontos sobre o saldo devedor dos financiamentos dos mutuários que fazem parte da Carteira de Crédito Imobiliária do Distrito Federal”.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º O prazo de que trata o parágrafo único do art. 9º da Lei nº 4.149, de 2 de junho de 2008, fica reaberto por 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação desta lei.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo divulgar o novo prazo aos mutuários da Carteira de Crédito Imobiliária do Distrito Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Sendo um dos objetivos prioritários do Distrito Federal o direito a moradia, considerando que o ultimo prazo venceu em 29 de janeiro de 2013, e muitos dos mutuários interessados não aproveitaram a oportunidade, alegando não ter tomado conhecimento da Lei e nem da prorrogação do prazo pela Lei nº 4.898, de 2 agosto de 2012, por não ter sido divulgado de forma intensa pelos veículos de comunicação.

ASSINATURA DO DEPUTADO AGACIEL MAIA, 13/03/2013 14:12

> SETAG - 000026 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Agaciel Maia

Esta proposição vem atender o pedido de mutuários que visualizam a importância de suas famílias terem seus imóveis quitados, podendo assim, obter suas escrituras definitivas.

Este projeto de lei ora apresentado, ampara-se no Art. 3º, incisos III, IV e VI e no Art. 58 inciso XV, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal, que assim dispõe:.

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

I (...)...

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

VI – dar prioridade ao atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social;

VII (...)...

Art. 58. Cabe à Câmara Legislativa, com a sanção do Governador, não exigida esta para o especificado no art. 60 desta Lei Orgânica, dispor sobre todas as matérias de competência do Distrito Federal, especialmente sobre:

I (...)...

XV – aquisição, administração, alienação, arrendamento e cessão de bens imóveis do Distrito Federal;

XVI (...)...

Em face da importância da matéria, contamos com o apoio dos nobres colegas para aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

de março de 2013.

Deputado Distrital AGACIEL MAIA

Vice - Presidente da Câmara Legislativa



> SETAS - 000027 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEP. DISTRITAL

L I D O
14.03.13
Em, 14/03/13
Assinatura do Plenário
CLÁUDIO ABRANTES

PROJETO DE LEI Nº PL 1398 /2013
(Do Sr Dep. CLÁUDIO A)

Inclui no Calendário Oficial do Distrito Federal a Festa de São José, em Planaltina, a ser comemorada no dia 19 de março.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica incluída no Calendário Oficial do Distrito Federal, a Festa de São José, em Planaltina, a ser comemorada no dia 19 de março.

Art. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç Ã O

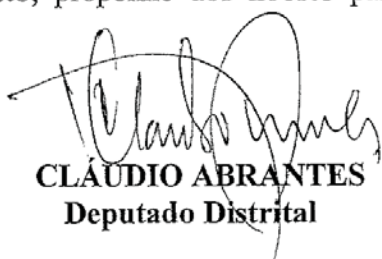
A Festa de São José, em Planaltina, constitui um marco cultural dessa localidade, sendo comemorada em todo dia 19 de março. Desde o ano de 2002, essa festa já consolidada, congrega o povo católico da cidade, que uníssono, reza a São José, pedindo bênçãos e proteção para o povo de Deus.

Impõe-se a sua inclusão no calendário oficial do Distrito Federal porque se trata de uma festa de toda a comunidade planaltinense, sem dúvida, uma das mais católicas do País. É, em verdade, uma forma de atender os anseios de toda uma população, absolutamente voltada para as coisas espirituais.

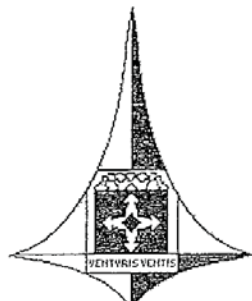
Além disso, no plano puramente material, esse evento congrega familiares, desenvolve o comércio local, fortalece o turismo e incentiva a união da sociedade.

Por todo o exposto, proponho aos nobres pares a aprovar a presente proposição.

Sala das Sessões,


CLÁUDIO ABRANTES
Deputado Distrital

> SETAS - 000028 <



DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em, 14/03/13
Assessoria de Planeta

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº

PDL 195 /2013

(Autoria: Comissão de Economia, Orçamento e Finanças)

Homologa o Convênio ICMS 142, de 16 de dezembro de 2011; o Convênio ICMS 33, de 30 de março de 2012; o Convênio ICMS 74, de 22 de junho de 2012; o Convênio ICMS 83, de 31 de agosto de 2012; o Convênio ICMS 90, de 28 de setembro de 2012; e o Convênio ICMS 138, de 17 de dezembro de 2012.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Ficam homologados os seguintes Convênios celebrados no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ:

- I – Convênio ICMS 142, de 16 de dezembro de 2011;
- II – Convênio ICMS 33, de 30 de março de 2012;
- III – Convênio ICMS 74, de 22 de junho de 2012;
- IV – Convênio ICMS 83, de 31 de agosto de 2012;
- V – Convênio ICMS 90, de 28 de setembro de 2012;
- VI – Convênio ICMS 138, de 17 de dezembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
PRONº 36, 1003
Fls. 27 Rubrica 88

3

> SETAS -- 000029 <

Sala das Sessões, em 12 de março de 2013.


Deputado
Relator

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
PROCNº 38 / 2013
Fls. 28 Rubrica

> SETAS - 000030 <

CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

IND 10020 /2013

INDICAÇÃO Nº
(Da Deputada Arlete Sampaio)

L I D O

Em 14/03/13

Arlete Sampaio da Frenco

Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras, a construção de estacionamentos ao longo da QNQ 3, de Ceilândia.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras, a construção de estacionamentos ao longo da QNQ 3, de Ceilândia.

JUSTIFICAÇÃO

Moradores de Ceilândia reivindicam a construção de estacionamentos ao longo da QNQ 3. Segundo eles, a inexistência de estacionamentos no local tem causado transtornos à população, uma vez que é comum a parada de veículos em locais proibidos, ocasionando assim a expedição de multas e o impedimento de maior fluidez na via.

Dessa forma, essa medida é necessária e contribuirá para garantir mais fluidez, mais segurança no trânsito e evitará acidentes. Importante destacar que cabe ao Estado garantir as condições necessárias para o exercício do direito de ir e vir em segurança.

Portanto, para atender à necessidade dos moradores de Ceilândia e daqueles que transitam no QNQ 3 e para cumprir as atribuições inerentes ao Estado, é necessário adotar medidas que garantam a construção de estacionamentos naquela localidade.

Diante de todo o exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO13.03.13

Arlete Sampaio da Frenco

> SETAS - 000031 <

CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

IND 10021 /201

INDICAÇÃO Nº
(Da Deputada Arlete Sampaio)L I D O
Em 14/03/13
M. Sampaio

Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras, a construção de estacionamentos na QNR, em Ceilândia.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras, a construção de estacionamentos na QNR, em Ceilândia.

JUSTIFICAÇÃO

Moradores de Ceilândia reivindicam a construção de estacionamentos ao longo da QNR. Segundo eles, a inexistência de estacionamentos no local tem causado transtornos à população, uma vez que é comum a parada de veículos em locais proibidos, ocasionando, assim, expedição de multas e impedindo mais fluidez na via.

Trata-se de medida necessária e urgente, que exige ação positiva do Estado para concretizar direitos mínimos à população do Distrito Federal, em geral, e aos moradores da QNR, em Ceilândia, em particular, como o direito de ir e vir em segurança.

Portanto, para atender à necessidade dos moradores da QNR, em Ceilândia, bem como daqueles que transitam no local e para cumprir as atribuições inerentes ao Estado, a construção de estacionamentos na QNR é medida que se impõe.

Diante do exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em


DEPUTADA ARLETE SAMPAIO130313
M. Sampaio

> SETAS - 000032 <

CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

IND 10022 /201

INDICAÇÃO Nº
(Da Deputada Arlete Sampaio)LIDO
Em 14/03/13
[Assinatura]

Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, a construção de creches no Riacho Fundo II.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, a construção de creches no Riacho Fundo II.

JUSTIFICAÇÃO

Moradores do Riacho Fundo II reivindicam a construção de creches na região, pois, segundo eles, as creches existentes não são suficientes para atender à demanda de educação das crianças, bem como dos que necessitam trabalhar, mas não dispõem de espaço adequado para promover a educação infantil de seus filhos.

Importante destacar que a educação infantil é direito da criança e responsabilidade do Estado, garantido por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) assim como pela Lei Orgânica do Distrito Federal, que assim dispõe:

Art. 223. O Distrito Federal garantirá atendimento em creches e pré-escolas a crianças de zero a seis anos de idade, na forma da lei.

§ 1º O Poder Público garantirá atendimento, em creche comum, a crianças portadoras de deficiência, oferecendo recursos e serviços especializados de educação e reabilitação.

§ 2º O sistema de creches e pré-escolas será custeado pelo Poder Público, mediante dotação orçamentária própria, nos termos da lei.

Dessa forma, essa medida, imperativa, contribuirá para garantir às crianças o direito à educação a que têm direito - e aos pais e responsáveis garantirá a autonomia para poderem trabalhar.

Destaque-se, ainda, que, esse pleito tem mobilizado a população, que reivindicou, no Orçamento Participativo de 2011, a destinação de recursos para essa finalidade.

Portanto, para atender à necessidade dos moradores do Riacho Fundo II e para cumprir as atribuições inerentes ao Estado, é necessário adotar medidas que garantam a construção de creches nesta cidade.

Diante do exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em


DEPUTADA ARLETE SAMPAIO

14/03/13
[Assinatura]

> SETAS - 000033 <

CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

IND 10023 /201

**INDICAÇÃO Nº
(Da Deputada Arlete Sampaio)**L I D O
Em 14/03/13
Assinatura da Deputada

Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras, providencias no sentido de recuperar o asfalto da pista localizada entre PRF/Marinha ao balão de Unai/Papuda (DF-001).

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras, providencias no sentido de recuperar o asfalto da pista localizada entre PRF/Marinha ao balão de Unai/Papuda (DF-001).

JUSTIFICAÇÃO

Motoristas que trafegam na DF 001 reivindicam a recuperação do asfalto da pista localizada entre PRF/Marinha ao balão de Unai/Papuda, pois apontam a existência de buracos na pista.

Segundo os motoristas, esse fato coloca em risco a população do Distrito Federal, tendo vista a deterioração da pista, bem como, pelo fato da via não contar com acostamento. O risco de colisão de veículos aumenta consideravelmente, pois, na tentativa de desviar de buracos, o motorista pode atingir o carro que segue na pista contrária.

Dessa forma, essa medida é necessária, contribuirá para garantir mais fluidez, mais segurança no trânsito e evitará acidentes. Importante destacar que cabe ao Estado garantir as condições necessárias para o exercício do direito de ir e vir em segurança.

Portanto, para atender à necessidade dos motoristas que trafegam na DF 001, e para cumprir as atribuições inerentes ao Estado, é necessário adotar medidas que garantam a recuperação asfáltica naquela localidade.

Diante de todo o exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em


DEPUTADA ARLETE SAMPAIO13.03.2013
Assinatura

> SETAS - 000034 <

CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERALL I D O
14 103 113
12/03/13

IND 10024 /201

INDICAÇÃO Nº
(Da Deputada Arlete Sampaio)

Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal, por meio do Serviço de Limpeza Urbana – SLU –, a realização de coleta de lixo na quadra poliesportiva da QNQ 3 e nas proximidades do Centro de Ensino Fundamental 24 – CEF 24 –, na Região Administrativa de Ceilândia, RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal, por meio do Serviço de Limpeza Urbana – SLU –, a realização de coleta de lixo na quadra poliesportiva da QNQ 3 e nas proximidades do Centro de Ensino Fundamental 24 – CEF 24 –, na Região Administrativa de Ceilândia, RA IX.

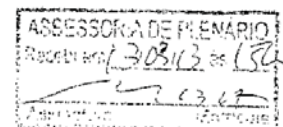
JUSTIFICAÇÃO

A cidade de Ceilândia desponta hoje como um dos pólos de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal. Entretanto, ainda apresenta áreas bastante carentes de atenção, cuidados e investimentos do Estado. É o caso dos setores QNQ e QNR, cuja população, formada majoritariamente por famílias de baixa renda, sofre com todo o tipo de problemas.

A quadra poliesportiva da QNQ 3, um dos poucos espaços de lazer da região, está tomada por lixo, que atrai roedores e insetos para toda a região e afasta as crianças, os jovens e demais usuários da prática de esportes. O problema de acúmulo de lixo, infelizmente, também é realidade nas redondezas da referida quadra poliesportiva, alcançando até a área que circunda o Centro de Ensino Fundamental 24, levando risco aos estudantes e professores dessa escola.

Diante do exposto, sugiro ao Governador do Distrito Federal, que, por meio do Serviço de Limpeza Urbana, providencie a urgente coleta de lixo nas referidas áreas, e conclamo o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em


DEPUTADA ARLETE SAMPAIO

> SETAS - 000035 <

CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

IND 10025 /201

INDICAÇÃO Nº
(Da Deputada Arlete Sampaio)

Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal, por meio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP –, a realização de serviços de capina e de roçagem de matagal próximo à quadra poliesportiva da QNQ 2, na Região Administrativa de Ceilândia, RA IX.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal, por meio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP –, a realização de serviços de capina e de roçagem de matagal próximo à quadra poliesportiva da QNQ 2, na Região Administrativa de Ceilândia, RA IX.

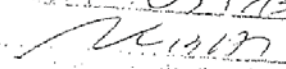
JUSTIFICAÇÃO

A cidade de Ceilândia desponta hoje como um dos pólos de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal. Entretanto, ainda apresenta áreas bastante carentes de atenção, cuidados e investimentos do Estado. É o caso dos setores QNQ e QNR, cuja população, formada majoritariamente por famílias de baixa renda, sofre com todo o tipo de problemas.

A quadra poliesportiva da QNQ 2, um dos poucos espaços de lazer da região, está tomada por matagal que cresce a seu redor, fato que afasta as crianças, os jovens e demais usuários da área, seja pelo risco de sofrerem agressões e assaltos praticados por elementos escondidos no mato, seja pelo perigo de ataque de roedores e de animais peçonhentos.

Diante do exposto, sugiro ao Governador do Distrito Federal, que, por meio da NOVACAP, providencie a realização de serviços de capina e de roçagem na referida área, e conclamo o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em


DEPUTADA ARLETE SAMPAIOLIDO
Em 14/03/13
B 0312 152
